

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS – DCJ
COORDENAÇÃO DE MONOGRAFIAS

PÉTERSON DE CARVALHO FINIZOLA

**ALIENAÇÃO PARENTAL: DA CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO AO SUJEITO
DE DIREITO**

SANTA RITA
2017

PÉTERSON DE CARVALHO FINIZOLA

**ALIENAÇÃO PARENTAL: DA CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO AO SUJEITO
DE DIREITO**

Trabalho de conclusão do curso apresentado à
Coordenação de Monografia do Centro de
Ciências Jurídicas do curso de Direito da
Universidade Federal da Paraíba para a
obtenção de título de Bacharel Ciências
Jurídicas.

Orientador: Prof. Nelson Gomes.

**SANTA RITA
2017**

Finizola, Pétersson de Carvalho.

F498a Alienação Parental: da constituição do Sujeito ao Sujeito de Direito /
Pétersson de Carvalho Finizola – Santa Rita, 2017.
59f.

Monografia (Graduação) – Universidade Federal da Paraíba.
Departamento de Ciências Jurídicas, Santa Rita, 2017.
Orientador: Profº. Dr. Nelson Gomes Júnior.

1. Direito de Família. 2. Psicanálise. 3. Sujeito. 4. Sujeito de Direito.
5. Alienação Parental. I. Gomes Júnior, Nelson. II. Título.

BSDCJ/UFPB

CDU – 347.61:343

PÉTERSON DE CARVALHO FINIZOLA

**ALIENAÇÃO PARENTAL: DA CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO AO SUJEITO
DE DIREITO**

Trabalho de conclusão do curso apresentado à
Coordenação de Monografia do Centro de
Ciências Jurídicas do Curso de Direito da
Universidade Federal da Paraíba para a
obtenção de título de Bacharel Ciências
Jurídicas.

Orientador: Prof. Nelson Gomes Junior.

Data da aprovação: 07/11/2017.

Banca examinadora:

Prof. Nelson Gomes Junior(Orientador)

Prof^a Ana Paula Correia (Examinadora)

Prof. Ronaldo Alencar dos Santos (Examinador)

AGRADECIMENTOS

“Aprendi o silêncio com os faladores, a tolerância com os intolerantes, a bondade com os maldosos; e, por estranho que pareça, sou grato a esses professores”.

Khalil Gibran

Acredito que esse percurso só foi possível graças à contribuição, apoio e carinho de todos aqueles que me fizeram acreditar numa família constituída pelos laços fraternais de um lar que tem grande significado e importância na minha constituição enquanto sujeito. Foi através dessas relações primárias e envolventes, de amor materno e paterno, que pude vislumbrar no horizonte o caminho mais seguro para superar as adversidades da vida e conquistar os meus objetivos e anseios.

Agradeço a meus pais, Clécides Finizola e Geni Finizola, pela dádiva e oportunidade da vida, pelo amor sincero e cuidadoso da generosidade do lar, pelos ensinamentos corretos e atentos nessa minha caminhada terrena, pelo amparo amoroso e afável nos momentos difíceis desse percurso e, sobretudo, pelo exemplar papel desempenhado de pai e mãe.

Agradeço a minha esposa, Fátima Ferreira, pelo companheirismo da vida cotidiana, pelo amparo amigo e sincero dos momentos difíceis, pelo auxílio nessa empreitada que estou próximo de concretizar e, acima de tudo, pelo seu amor maduro e persistente que é digno de admiração e respeito daquele que sempre irá te amar.

Agradeço ao meu orientador, Nelson Gomes, pela paciência e confiança devotada ao meu trabalho, pelas orientações esclarecedoras e oportunas nessa luta pela construção do conhecimento e, por fim, pela amizade que naturalmente aconteceu na caminhada dessa dura mas aprazível luta da construção do eu.

“Um Eu maduro dá aos outros o direito de abandoná-lo ou criticá-lo, um Eu imaturo tem ataques de raiva quando isso acontece”.

Augusto Cury

RESUMO

Este trabalho pretende contribuir para os estudos sobre a Síndrome da Alienação Parental (SAP), tendo como foco inicial uma leitura na perspectiva dos aspectos legais dessa síndrome, adentrando de uma forma crítica nos aspectos normativos e possíveis danos na formação do sujeito, como também traçar uma ligação da constituição desse sujeito, a partir do conhecimento da psicanálise, com o sujeito de direito. A Síndrome da Alienação Parental é tema complexo e polêmico, sendo pela primeira vez delineado em 1985, por Richard Gardner, com o objetivo de descrever a situação em que os separados, ou em processo de separação, disputando a guarda da(s) criança(s), especificamente o alienador, manipula e a condiciona para vir a romper os laços afetivos com o outro (o alienado), geralmente o genitor, criando sentimentos de ansiedade e temor em relação ao antigo companheiro. Em seguida, buscaremos fazer uma reflexão sobre o sujeito na visão da psicanálise, tentando entender melhor os complexos conflitos familiares existentes dentro desse contexto de desintegração da célula mater social com a instauração nefasta da síndrome da alienação parental. Nesse sentido, o sujeito, na visão da psicanálise de Lacan, se constitui através da relação que estabelece com o mundo e com o Outro, a partir da linguagem. Necessariamente, esta constituição é feita de modo “traumático”, considerando o “trauma” como experiências estruturantes da subjetividade humana. É neste ponto que a Psicanálise se diferencia de outras abordagens que estudam o sujeito, pois para a mesma é impossível pensar o sujeito sem o domínio do inconsciente.

Palavras-chave: Alienação Parental; Direito de Família; Psicanálise; Sujeito; Sujeito de Direito.

ABSTRACT

This work intends to contribute to the studies about Parental Alienation Syndrome (PAS) having as an initial focus a reading from the perspective of the legal aspects of this syndrome, entering in a critical way in the normative aspects and possible damages in the formation of the subject, as well as tracing a link between the constitution of this subject and the subject of law. Parental Alienation Syndrome is a complex and controversial issue, first outlined in 1985 by Richard Gardner, with the purpose of describing the situation in which the separated parents, (or in the process of separation), are disputing the custody of the child or children, specifically the alienator, manipulates and conditions the child to break the affective bonds with the other (the alienated), usually the parent, creating feelings of anxiety and fear in the former partner. Next we will seek to reflect on the subject in the psychoanalytic view, trying to better understand the complex family conflicts that exist within this context of the disintegration of the maternal social cell with the disastrous introduction of the syndrome of parental alienation. In this sense the subject, in the view of Lacan's psychoanalysis, is constituted through the relation that establishes with the world and with the other, from language. Necessarily, this constitution is made in a "traumatic" way, considering "trauma" as a structuring experience of human subjectivity. It is at this point that psychoanalysis differs from other approaches that study the subject, for it is impossible for the subject to think without the domain of the unconscious.

Keywords: Parental Alienation, Family Law, Psychoanalysis, Subject, Subject of law.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 CAPÍTULO I – ALIENAÇÃO PARENTAL E O SUJEITO DE DIREITO	13
2.1 PROCESSO DE FORMAÇÃO E ROMPIMENTO DO VÍNCULO FAMILIAR	14
2.1.1 Casamento e separação	15
2.1.2 Dissolução e rompimento do vínculo familiar	19
2.1.3 Filhos: guarda e regulamentação de visitas	21
2.2 SÍNDROME DA ALIENAÇÃO PARENTAL	24
2.3 O SUJEITO DE DIREITO NO ORDENAMENTO JURÍDICO	28
3 CAPÍTULO II – O SUJEITO E A PSICANÁLISE	36
3.1 O MITO DE ÉDIPO REI E A CONSTRUÇÃO DO COMPLEXO	39
3.2 O SUJEITO LACANIANO	41
4 CAPÍTULO III - A SÍNDROME DA ALIENAÇÃO PARENTAL, O SUJEITO DE DIREITO E A PSICANÁLISE	45
4.1 A SÍNDROME DA ALIENAÇÃO PARENTAL (SAP)	45
4.2 A SÍNDROME DA ALIENAÇÃO PARENTAL E O SUJEITO DE DIREITO	47
4.3 A PSICANÁLISE E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O TRATAMENTO DA (SAP)	52
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
6 REFERÊNCIAS	57

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho parte do desejo, ainda embrionário, de buscar respostas para muitas questões inconclusas ou, quando muito, mal respondidas sobre uma temática nova e palpitante que aborda os complexos problemas que envolvem o sujeito no doloso processo de rompimento do vínculo familiar. Especificamente, nessa proposta de estudo, colocamos como centro de nossas considerações a problemática da alienação parental, visando apresentar, num primeiro momento, seus possíveis danos e consequências no sujeito como também as repercussões jurídicas causadas por essa síndrome no sujeito de direito.

Esta monografia pretende contribuir para os estudos sobre a alienação parental, tendo como foco inicial de leitura uma perspectiva dos aspectos legais dessa síndrome, adentrando de uma forma crítica nos aspectos normativos e possíveis danos na formação do sujeito, como também traçar uma ligação da constituição desse sujeito com o sujeito de direito. Em seguida, buscaremos fazer uma reflexão sobre o sujeito na visão da psicanálise, tentando entender melhor os complexo conflitos familiares existentes dentro desse contexto de desintegração da célula mater social com a instauração nefasta da síndrome da alienação parental.

Segundo Gardner¹, “Alienação Parental é um processo que consiste em programar uma criança para que odeie um de seus genitores sem justificativa. Quando a Síndrome está presente, a criança dá sua própria contribuição na campanha para desmoralizar o genitor alienado”. Nesse contexto, a Síndrome se manifesta, em geral, no ambiente da mãe das crianças, notadamente porque sua instalação necessita muito tempo e porque é ela que tem a guarda na maior parte das vezes. Todavia pode se apresentar em ambientes de pais instáveis, ou em culturas onde tradicionalmente a mulher não tem nenhum direito concreto (MAJOR, p.31 a 33)². Essa síndrome é o resultado de um processo de destruição de um relacionamento pela desconstrução da imagem do outro, tendo como causa uma série de motivos: ciúme, raiva, ódio.

1 GARDNER, Richard A. **"The Parental Alienation Syndrome"**, 1992, Second Edition 1998.

2 MAJOR, Jayne A. **"Parents who have successfully fought parental alienation syndrome"**, <http://www.livingmedia2000.com/pas.htm>

A Síndrome da Alienação Parental é uma realidade que atinge a muitas famílias no mundo atual, principalmente depois que as estruturas familiares e as relações pessoais foram modificadas com a forte influência das transformações da contemporaneidade. O sujeito mais frágil neste contexto é a criança, visto que a mesma não possui meios linguísticos para lidar com sua subjetividade, frente aos acontecimentos que lhe acometem e lhe escapam o entendimento. A criança, por estar em processo de formação, tem nos pais o primeiro espelho de sua identificação. Nesse sentido, assevera Lacan:

O filhote do Homem, numa idade em que, por um curto espaço de tempo, mas ainda sim por algum tempo, é superado em inteligência instrumental pelo chimpanzé, já reconhece não obstante como tal sua imagem no espelho. (LACAN, 1998, p. 96)

Entretanto, a dissolução do vínculo conjugal, tem esse processo de elaboração comprometido. Em se tratando da alienação parental, esse comprometimento é potencializado, podendo provocar severos danos na constituição desse ser em desenvolvimento. Dessa forma, a criança, além de ser prejudicada como sujeito, é praticamente desconsiderada, nesse litígio familiar, enquanto sujeito de direito.

Nessa perspectiva, Freud, através do mito de Édipo Rei, nos conduz a uma reflexão sobre o sujeito do desejo e suas tragédias, pois os desejos seriam desconcertantes e capazes de nos conduzir a territórios nunca antes trilhados. Nessa seara, Leonora Roizen Albek Oliven³ na sua dissertação de mestrado assevera:

O desejo filial pelo amor materno, que jamais poderá ser consumado, por interdito, é demonstrado por Freud através do Complexo de Édipo como suficiente a conduzir ao assassinato do pai. Pelo binômio rivalidade – desejo, Édipo – o homem – transgrede a lei para a consumação do desejo, assim levando o pai – proibição – a condição de instituidor da lei, da norma. A função do Pai, com a metáfora paterna impeditiva da realização de determinados sonhos e desejos, em Édipo Rei é transposta. Concretizando o amor filial pela mãe, surge a culpa e o desejo pelo castigo, pelo autoflagelo. (OLIVEN, 2010, p. 77)

3 OLIVEN, Leonora Roizen Albek. **Alienação Parental: a família em litígio**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Viegas de Almeida, Mestrado Profissional em Psicanálise, Saúde e Sociedade, Rio de Janeiro, 2010.

Para a psicanálise, o sujeito se constitui através da relação que estabelece com o mundo e com o Outro, a partir da linguagem. Necessariamente, esta constituição é feita de modo “traumático”, considerando o “trauma” como experiências estruturantes da subjetividade humana. Na visão de Lacan, a dimensão simbólica – a linguagem – só pode ser atingida através da submissão à lei, já que o sujeito social só se constitui pela internalização de regras, valores, normas – Lei, o que é obtido a partir da experiência da “castração”, vivida dentro do complexo de Édipo, experiência estruturante na constituição do sujeito. Neste aspecto, um fenômeno de crucial importância para a psicanálise é a identificação. Esse processo é o enlace do eu no Outro, ligando-se ao inconsciente e tendo sua manifestação uma relação com o eu ideal, conforme construído socialmente. É exatamente esse processo da identificação que nos constitui e flexibiliza para diversas posições subjetivas de identidade.

Elizandra Souza⁴, no seu artigo “*A linguagem e seus efeitos na constituição do sujeito*”, diz que

o sujeito da psicanálise é constituído pelo olhar do outro, que vai lhe dá a consciência de uma construção simbólica. E é neste ponto que a Psicanálise se diferencia de outras abordagens que estudam o sujeito, pois para nós é impossível pensar o sujeito sem o domínio do inconsciente.

O sujeito quando fala de si e de seu lugar está fazendo uma série de associações e interconexões interpretativas de seus desejos, vontades, falhas, limites. Nessa perspectiva, Bruce Fink faz a seguinte ponderação:

Todo ser humano que aprende a falar é, dessa forma, um alienado – pois é a linguagem que, embora permita que o desejo se realize, dá um nó nesse lugar, e nos faz de tal forma que podemos desejar e não desejar a mesma coisa e nunca nos satisfazemos quando conseguimos o que pensávamos desejar. (FINK, 1998, p 23)⁵

4 SOUZA, Elizandra. **A linguagem e seus efeitos na constituição do sujeito**. III Simpósio Nacional Discurso, Identidade e Sociedade (III SIDIS). DILEMAS E DESAFIOS NA CONTEMPORANEIDADE.

5 FINK, **O sujeito lacaniano: entre a linguagem e o gozo** / Bruce Fink; tradução, Maria de Lourdes Duarte Sette; consultoria Miriam Aparecida Nogueira Lima – Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

Dessa forma, a linguagem, questão primordial a construção do sujeito, não serve apenas como elemento de comunicação, mas é aquela que incorpora o discurso enquanto constitutivo do sujeito. Dessa maneira, percebemos o quanto a linguagem tem força nesse longo processo de constituição do sujeito. E, sendo assim, buscaremos verificar onde, dentro do estudo da alienação parental, pode provocar distúrbios na formação desse sujeito, como também intervir nas decisões tomadas pelo judiciário em relação ao sujeito de direito.

Nesse sentido, como podemos reelaborar conceitualmente o fenômeno da “alienação parental”, pela via da psicanálise e, portanto, propor uma compreensão crítica sobre o seu estatuto jurídico? É possível compreender este problema jurídico através da psicanálise? Como articular, conceitualmente, o sujeito do direito e o sujeito da psicanálise, para compreender a alienação parental a partir de uma perspectiva crítica?

Tendo por base um problema teórico-conceitual, a pesquisa se constitui como sendo puramente teórica, tendo por base uma análise bibliográfica, referente à literatura apontada no tópico anterior, e documental, tendo em vista que se debruçará sobre textos normativos e decisões judiciais.

Nesse processo de elaboração/reelaboração conceitual da alienação parental, mediante a necessidade de se lançar luz de uma leitura crítica, que envolva o direito e a psicanálise, o sujeito do desejo e o sujeito da razão, o real-simbólico-imaginário na constituição do sujeito na linguagem, adotaremos o método dialético, propondo uma leitura dual sobre o problema, observando-o e interpretando-o sempre a partir de duas perspectivas distintas, mas complementares, a saber: o do direito e da psicanálise.

Dentro desse contexto, será utilizado um arcabouço diversificado de instrumentos de pesquisas: levantamento de bibliografias e periódicos, leituras de livros, revistas, jornais, artigos e sites que tratem do tema. Para um adequado desenvolvimento da temática proposta, além das leituras científicas e doutrinárias no campo da psicanálise, utilizaremos, num segundo momento da pesquisa, uma vasta legislação ligada ao tema, que, subsidiariamente, complementará de uma forma apropriada o objetivo pretendido pelo trabalho.

2 ALIENAÇÃO PARENTAL E O SUJEITO DE DIREITO

A Síndrome da Alienação Parental é tema complexo e polêmico, sendo pela primeira vez delineado em 1985, por Richard Gardner, com o objetivo de descrever a situação em que os separados, ou em processo de separação, disputando a guarda da(s) criança(s), especificamente o alienador, manipula e a condiciona para vir a romper os laços afetivos com o outro (o alienado), geralmente o genitor, criando sentimentos de ansiedade e temor em relação ao antigo companheiro. Em 2010, a nova Lei da alienação parental (Lei nº 12.318) define a mesma como sendo “a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou o adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este”⁶. Essa síndrome é o resultado de um processo de destruição de um relacionamento pela desconstrução da imagem do outro, tendo como causa uma série de motivos: ciúme, raiva, ódio. Segundo Richard Gardner (1985, p.),

a síndrome de alienação parental (SAP) é uma disfunção que surge primeiro no contexto das disputas de guarda. Sua primeira manifestação é a campanha que se faz para denegrir um dos pais, uma campanha sem nenhuma justificativa. É resultante da combinação de doutrinações programadas de um dos pais (lavagem cerebral) e as próprias contribuições da criança para a vilificação do pai alvo.

Buscaremos ainda promover uma discussão sobre o sujeito de direito, levando em consideração os aspectos histórico e jurídico da evolução dessa temática no Direito, focando, de uma forma especial, no arcabouço jurídico brasileiro. O entendimento sobre a constituição do sujeito de direito esta intimamente associado ao próprio sujeito e a construção do Estado, especialmente ao Estado Democrático de Direito. Dessa forma, abordaremos reflexões sobre o sujeito e suas lutas para o

6 BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010**. Dispõe sobre a alienação parental e altera o art. 236 da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (DOU de 27/08/2010). Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/legislacao/>>.

reconhecimento dos seus direitos frente ao Estado, como também conceitos e entendimentos doutrinários sobre a constituição desse sujeito no ordenamento jurídico.

2.1 PROCESSO DE FORMAÇÃO E ROMPIMENTO DO VÍNCULO FAMILIAR

No Direito de Família, como sabemos, são notoriamente reconhecidas as contribuições da psicologia jurídica no auxílio da compreensão da personalidade dos autores envolvidos na dinâmica e complexa constituição familiar e social, especialmente hoje com os novos modelos de família que estão surgindo, bem diferente da família tradicional.

Nessa perspectiva, Correa (1993) apresenta um interessante estudo sobre as transformações familiares ocorridas nas últimas décadas, especialmente quando volvemos o nosso olhar para o início do novo milênio. No seu estudo, a família patriarcal, baseada na manutenção da propriedade e de interesses políticos, como também de constituição de um núcleo homogêneo, com predominância da dominação masculina e submissão da mulher, foi substituída pela família moderna, na qual predominam a satisfação de impulsos sexuais e afetivos.

Apesar das transformações provocadas pelas mudanças na formação da família moderna, assevera Chaves (2006, p. 55) que a mesma continua a ser importante, sobretudo pelo papel de transmitir a subjetividade, relacionada ao controle e à expressão dos sentimentos. Segundo o referido autor, é nesse campo que as representações sociais dos aspectos mais íntimos se apresentam. Emergem, dessa forma, uma série de conflitos que não conseguem solução no âmbito individual, o que acaba evidenciando um sistema de valores e relacionamentos que implica em conflitos e disputa (separação, divórcio, dissolução de união estável, entre outros). Esgotada as possibilidades de pacificação pelas partes, acabam recorrendo ao judiciário e, muitas vezes, necessitando também de uma atuação interdisciplinar, para conseguir chegar a algum tipo de solução do conflito.

Sabemos que cada família tem sua dinâmica própria. Entretanto, na complexidade da privacidade do lar, são formados os mitos familiares, constituídos pela união de crenças, valores e tradições. No entendimento de Correa (1999), os

mitos familiares são convicções partilhadas e aceitas a priori, apesar de seu caráter de irrealidade. Nesse sentido, o mito tem uma dimensão de sagrado ou tabu, não podendo ser questionado, transferindo, na maior parte dos casos, a culpa para algum dos membros da família. Esse comportamento é um grande erro, devendo ser substituído pela rica dinâmica familiar e o reconhecimento do papel que o inconsciente paterno/materno tem na estruturação do psiquismo dos filhos e na organização do grupo familiar.

Segundo Di Loreto (2004, p. 178), além das relações diretas, sujeitos e objetos, estão presentes as imagens de cada um, refletidas pelo outro, especialmente forjadas na família pelas imagens do pai e da mãe. Essas vias reflexas acabam evidenciando uma excepcional influência psicológica exercida indiretamente pelo “Outro”. Nesse sentido, o “Outro” não é aquele em si mesmo, mas aquele que cada um tem na cabeça.

Dessa forma, em Direito Familiar, um determinado caso, uma ação, uma decisão poderá servir de referência para outras situações similares, entretanto, não será suficiente para a elucidação de problemas futuros, pois as emoções e afetos atinentes a cada relação devem ser compreendidas à luz daqueles envolvidos diretamente no conflito.

2.1.1 Casamento e separação

O Código Civil, no artigo 1.511, assevera que “o casamento estabelece comunhão plena de vida, com base na igualdade de direitos e deveres dos cônjuges”. Essa comunhão plena pode está cheia de interesses pessoais, conscientes ou não. Dessa maneira, os direitos e deveres não internalizados satisfatoriamente pelas partes, além das implicações emocionais, podem provocar problemas sérios na construção da família, resultando, muitas vezes, em violência doméstica.

Nesse contexto, o Código Civil apresenta alguns impedimentos para o casamento:

Art. 1.521. Não podem casar:

- I – os ascendentes com os descendentes, seja o parentesco natural ou civil;
- II – os afins em linha reta;

- III – o adotante com quem foi cônjuge do adotado e o adotado com quem o foi do adotante;
 - IV – os irmãos, unilaterais ou bilaterais, e demais colaterais, até o terceiro grau inclusive;
 - V – o adotado com o filho do adotante;
 - VI – as pessoas casadas;
 - VII – o cônjuge sobrevivente com o condenado por homicídio ou tentativa de homicídio contra o seu consorte.
- Art. 1.523. Não devem casar:
- I – o viúvo ou a viúva que tiver filho do cônjuge falecido, enquanto não fizer inventário dos bens do casal e der partilha aos herdeiros;
 - II – a viúva, ou a mulher cujo casamento se desfez por ser nulo ou ter sido anulado, até dez meses depois do começo da viuvez, ou da dissolução da sociedade conjugal;
 - III – o divorciado, enquanto não houver sido homologada ou decidida a partilha dos bens do casal;
 - IV – o tutor ou o curador e os seus descendentes, ascendentes, irmãos, cunhados ou sobrinhos, com a pessoa tutelada ou curatelada, enquanto não cessar a tutela ou curatela, e não estiverem saldadas as respectivas contas.

Dessa forma, podemos observar uma série de dispositivos legais em relação ao matrimônio, o que demonstra uma preocupação do legislador em disciplinar a matéria, buscando assegurar a família um alicerce sólido na sua constituição. Nessa demonstração nítida de disciplinar o casamento, o legislador também aponta, no novo Código Civil, os casos em que o mesmo pode ser nulo ou anulável.

- Art. 1.548. É nulo o casamento contraído:
- I - (Revogado); (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência)
 - II - por infringência de impedimento.
- Art. 1.549. A decretação de nulidade de casamento, pelos motivos previstos no artigo antecedente, pode ser promovida mediante ação direta, por qualquer interessado, ou pelo Ministério Público.
- Art. 1.550. É anulável o casamento:
- I - de quem não completou a idade mínima para casar;
 - II - do menor em idade núbil, quando não autorizado por seu representante legal;
 - III - por vício da vontade, nos termos dos arts. 1.556 a 1.558;
 - IV - do incapaz de consentir ou manifestar, de modo inequívoco, o consentimento;
 - V - realizado pelo mandatário, sem que ele ou o outro contraente soubesse da revogação do mandato, e não sobrevivendo coabitação entre os cônjuges;
 - VI - por incompetência da autoridade celebrante.
- § 1º. Equipara-se à revogação a invalidade do mandato judicialmente decretada.
- § 2º A pessoa com deficiência mental ou intelectual em idade núbil poderá contrair matrimônio, expressando sua vontade diretamente ou por meio de seu responsável ou curador. (Incluído pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência)

Nesse contexto, é importante salientar que a convalidação de ato jurídico, seja por decurso de prazo ou pela ratificação judicial, aspecto essencial para distinguir o ato nulo do anulável, é uma característica singular do ato anulável, podendo também, segundo o novo Código Civil, como uma forma de exceção, a ratificação do casamento nulo.

A palavra separação indica processo de rompimento do vínculo familiar, relacionada às modalidades jurídicas de separação, divórcio e dissolução de união estável. O nosso Código Civil estabelece, nos artigos 1.630 a 1.638, que o poder familiar será exercido pelos pais. Caso esse poder seja passível de contenda entre os cônjuges, poderão procurar o poder judicial para a solução do desacordo.

Segundo Carlos Roberto Gonçalves⁷, “Poder familiar é o conjunto de direitos e deveres atribuídos aos pais, no tocante à pessoa e aos bens dos filhos menores”. Nesse sentido, na observação do eminente jurista, “o poder familiar é instituído no interesse dos filhos e da família, não em proveito dos pais, em especial, em atenção ao princípio constitucional da paternidade responsável, estabelecido no artigo 226, § 7º, da Constituição Federal”.

Devemos salientar que este poder não é ilimitado, tendo o legislador o devido cuidado de preservar a dignidade das crianças e adolescentes em relação ao mesmo. Assevera o nosso Código Civil nos seus artigos 1637 e 1638:

Art. 1.637. Se o pai, ou a mãe, abusar de sua autoridade, faltando aos deveres a eles inerentes ou arruinando os bens dos filhos, cabe ao juiz, requerendo algum parente, ou o Ministério Público, adotar a medida que lhe pareça reclamada pela segurança do menor e seus haveres, até suspendendo o poder familiar, quando convenha.

Parágrafo único. Suspende-se igualmente o exercício do poder familiar ao pai ou à mãe condenados por sentença irrecorrível, em virtude de crime cuja pena exceda a dois anos de prisão.

Art. 1.638. Perderá por ato judicial o poder familiar o pai ou a mãe que:

I - castigar imoderadamente o filho;

II - deixar o filho em abandono;

III - praticar atos contrários à moral e aos bons costumes;

IV - incidir, reiteradamente, nas faltas previstas no artigo antecedente.

7 GONÇALVES, Carlos Roberto – **Direito Civil Brasileiro, volume 6: direito de família** – 8ª ed. – São Paulo: Saraiva, 2011.

Dessa forma, observamos que o poder familiar só poderá ser extinto com a morte dos pais ou dos filhos, pela emancipação, pela maioridade, pela adoção ou por decisão judicial nos casos elencados nos incisos do artigo 1.638/CC. Entretanto, algumas vezes, o desfecho desse processo pode ser gravíssimo, podendo comprometer à integridade da criança e do adolescente. A nossa Constituição Federal de 1988 estabelece que:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010)

Também podemos citar, dentro dos dispositivos legais, a conduta criminal tipificada pelo nosso Código Penal⁸ em relação a violação desse deveres, bem como Estatuto da Criança e Adolescente (ECA)⁹. Podemos ainda, a título de exemplo, dentro desse contexto do poder familiar, citar a Apelação Criminal APR 10491120014098001 MG (TJ-MG)¹⁰

O lapso prescricional deve ser contado entre cada um dos marcos interruptivos da prescrição, e não da data dos fatos até o presente julgamento.
- A tipificação do crime previsto no **art. 232** do **Estatuto da Criança e**

8 Art. 136 - Expor a perigo a vida ou a saúde de pessoa sob sua autoridade, guarda ou vigilância, para fim de educação, ensino, tratamento ou custódia, quer privando-a de alimentação ou cuidados indispensáveis, quer sujeitando-a a trabalho excessivo ou inadequado, quer abusando de meios de correção ou disciplina: Pena - detenção, de dois meses a um ano, ou multa; § 1º - Se do fato resulta lesão corporal de natureza grave: Pena - reclusão, de um a quatro anos. § 2º - Se resulta a morte: Pena - reclusão, de quatro a doze anos. § 3º - Aumenta-se a pena de um terço, se o crime é praticado contra pessoa menor de 14 (catorze) anos. (Incluído pela Lei nº 8.069, de 1990)

9 Art. 232. Submeter criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento: Pena - detenção de seis meses a dois anos.

10 TJ-MG - Apelação Criminal APR 10491120014098001 MG (TJ-MG) **Data de publicação: 28/07/2015 Ementa:** APELAÇÃO CRIMINAL - **ART. 21** /LCP E **ART. 232** /ECA - VIAS DE FATO E SUBMISSÃO DE **CRIANÇA** OU **ADOLESCENTE** SOB AUTORIDADE, VIGILÂNCIA OU GUARDA A VEXAME OU CONSTRANGIMENTO - PRELIMINAR - PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA EM RELAÇÃO A UM DOS DELITOS - INOCORRÊNCIA - LAPSO PRESCRICIONAL NÃO TRANSCORRIDO - MÉRITO - ABSOLVIÇÃO - ATIPICIDADE DA CONDUTA - INADMISSIBILIDADE. -

do **Adolescente** exige uma condição especial entre sujeito ativo e sujeito passivo, qual seja, que aquele detenha autoridade, guarda ou vigilância sobre este, valendo-se disso para lhe causar vexame ou constrangimento, independente do emprego de violência ou grave ameaça.

A tutela jurídica é extremamente necessária para salvaguardar os direitos e garantir a punição daqueles que não observam tais direitos. Afirma Silva¹¹ (2003, p. 10) que “muitas pessoas buscam o judiciário com a esperança de que o poder decisório do juiz resolva seus problemas emocionais”. Na realidade, o que acontece de verdade é uma transferência dessa responsabilidade, buscando, muitas vezes, uma solução milagrosa. Nesse sentido, Muszkat (2005, p. 28) afirma que nas relações de conflito interpessoais, os sujeitos, frustrados em seus interesses, podem se tornar opositores irreconciliáveis, o que conseqüentemente acaba levando a um litígio sem fim determinado entre as partes, já que a solução judicial, na maior parte das vezes, não equaciona os sentimentos feridos e brutalizados dessa relação conjugal.

O que observamos nesses casos é a quase que total ineficiência do judiciário na solução desses conflitos. Sendo assim, é necessária uma reflexão mais aprofundada sobre essa forma de resolver os problemas conjugais. Na atualidade vem se desenvolvendo novas formas de solução de conflito, com especial destaque para a mediação, pois vem promovendo soluções mais amplas e satisfatórias que a litigiosa, principalmente pelo envolvimento mais direto das partes na busca de uma resolução mais adequada e menos conflitiva.

2.1.2 Dissolução e rompimento do vínculo familiar

Segundo o Código Civil, no seu artigo 1.579, “o divórcio não modificará os direitos e deveres dos pais em relação aos filhos”. A separação não implica no fim da relação parental, mas, na realidade, no término da vida conjugal. Entretanto, para os filhos, o divórcio acaba traduzindo um ato de traição por parte dos pais, já que a ideia de viverem juntos *ate que a morte os separe* é completamente destruída pela ruptura dos laços conjugais.

11 SILVA, Denise M. P. **Psicologia jurídica no processo civil brasileiro: a interface da psicologia com o direito nas questões de família e infância**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

Esse processo de desconstrução do lar e da vida conjugal desmorona de uma vez quando o litígio chega à justiça. Os cônjuges deixam de ser os atores principais para apenas figurar no processo judicial, outorgando seus direito e interesses, momentaneamente, aos grandes atores do direito: juízes, promotores e advogados. Percebe-se, nesse contexto, um certo descontentamento com a solução do conflito, pois nem sempre os representantes legais conseguem traduzir na justiça o que as partes tanto objetivam na empreitada para a resolução do problema em questão.

Durante muito tempo, no contexto do judiciário, esse processo foi muito doloroso, já que se arrastava por um período de dois anos, entre a separação, judicial ou de fato, e o divórcio. No entanto, em 13 de julho de 2010, foi promulgada a Emenda Constitucional 66, que alterou completamente o tema da dissolução da sociedade e do vínculo conjugal. A partir da emenda, o § 6º do art. 226 da Constituição passou a ter a seguinte redação: “o casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio”. Essa emenda, apesar de ter facilitado a separação de direito, não modifica o panorama social e emocional daqueles mais frágeis dentro desse processo de dissolução do vínculo conjugal: a criança e o adolescente. Nessa perspectiva, seria ideal que os litigantes deixassem claro, para a criança ou adolescente, que a separação ocorre por razões ligadas aos pais. Contudo, na prática cotidiana desse tipo de situação, como é sabido de todos, não é o que acontece, provocando um conflito intenso.

Na separação existem muitas figuras a se relacionar ao longo do processo, levando o juiz e o advogado a lidar com litigantes representando diversos papéis, consciente ou inconscientemente. Dessa forma, pode surgir o manipulador querendo chamar atenção para si, ou mesmo o vitaminado que, em termos de relação de gênero, tem fortes evidências em relação a violência doméstica.

Segundo Caffé¹² (2003, p. 91), no seu livro *Psicanálise e direito*,

o casal que enfrenta a situação de separação conjugal litigiosa disputando entre si os direitos sobre os filhos apresenta frequentemente, em suas manifestações no âmbito da perícia, a ausência do reconhecimento mútuo do lugar de pai e de mãe, cada um em relação ao outro. As funções do cuidado e educação dos filhos, bem como o estabelecimento de condições e limites adequados ao crescimento do mesmo, ficam prejudicadas neste contexto de não reconhecimento. Como consequência, os filhos nem sempre são reconhecidos no lugar de crianças, não se estabelecendo a suficiente consideração de suas necessidades e direitos.

12 CAFFÉ, M. **Psicanálise e direito**. São Paulo: Quartier Latim, 2003.

Nesse sentido, o que observamos é que o processo judicial, com todo o seu rito legal, demonstra, na realidade, um grande vazio, tanto para quem ganha quanto para quem perde, por denotar a total falta de integração que o mesmo tem com as vivências afetivas de quem o propõe, muitas vezes acabando com a oportunidade daqueles, envolvidos no processo, de extravasar suas emoções.

2.1.3 Filhos: guarda e regulamentação de visitas

O Código Civil brasileiro (alterado pela Lei 11.698/2008), ao disciplinar a guarda dos filhos, assevera que:

Art. 1.583. A guarda será unilateral ou compartilhada. (Redação dada pela Lei nº 11.698, de 2008).

§ 1º Compreende-se por guarda unilateral a atribuída a um só dos genitores ou a alguém que o substitua (art. 1.584, § 5º) e, por guarda compartilhada a responsabilização conjunta e o exercício de direitos e deveres do pai e da mãe que não vivam sob o mesmo teto, concernentes ao poder familiar dos filhos comuns. (Incluído pela Lei nº 11.698, de 2008)

§ 2º Na guarda compartilhada, o tempo de convívio com os filhos deve ser dividido de forma equilibrada com a mãe e com o pai, sempre tendo em vista as condições fáticas e os interesses dos filhos: (Redação dada pela Lei nº 13.058, de 2014)

§ 3º Na guarda compartilhada, a cidade considerada base de moradia dos filhos será aquela que melhor atender aos interesses dos filhos. (Redação dada pela Lei nº 13.058, de 2014)

§ 4º (VETADO). (Incluído pela Lei nº 11.698, de 2008).

§ 5º A guarda unilateral obriga o pai ou a mãe que não a detenha a supervisionar os interesses dos filhos, e, para possibilitar tal supervisão, qualquer dos genitores sempre será parte legítima para solicitar informações e/ou prestação de contas, objetivas ou subjetivas, em assuntos ou situações que direta ou indiretamente afetem a saúde física e psicológica e a educação de seus filhos. (Incluído pela Lei nº 13.058, de 2014)

Ressaltaremos ainda § 5º do artigo 1.584 do mesmo Código:

§ 5º Se o juiz verificar que o filho não deve permanecer sob a guarda do pai ou da mãe, deferirá a guarda a pessoa que revele compatibilidade com a natureza da medida, considerados, de preferência, o grau de parentesco e as relações de afinidade e afetividade. (Redação dada pela Lei nº 13.058, de 2014)

No ordenamento jurídico brasileiro, disciplinado especificamente pelo Código Civil, existem, atualmente, duas modalidades de guarda: a unilateral e a compartilhada. A guarda unilateral, em outro tempo também chamada de exclusiva, ocorre quando apenas um dos pais, pai ou mãe, mantém a criança em seu lar, podendo ser deferidas visitas para o que não a detém. Já a guarda compartilhada, recentemente criada, é aquela em que os filhos permanecem sob a autoridade equivalente dos pais, ainda que a guarda física possa ficar, na maior parte do tempo, apenas com um.

Os pais, através da guarda compartilhada, participaram, mutuamente, nas decisões de grande importância na vida do filho: educação, saúde, religião, entre outras, refletindo positivamente no desenvolvimento de sua vida futura. Esse sistema, de grande amplitude na Europa e nos Estados Unidos, acaba por propiciar ganhos reais e significativos na vida de todos envolvidos no processo.

Nesse contexto, devemos considerar a importância do relacionamento entre avós e netos, estendendo-se também por todo o grupo familiar (tios, primos etc.). A questão deve ser tratada com sobriedade e sensibilidade, já que a lei não estabelece uma regulamentação para essas visitas. Portanto, o casal, envolvido nesse processo, deve lembrar da importância da convivência dos filhos com sua família, permitindo um amparo maior para esses seres tão fragilizados pelo processo traumático da separação dos pais.

Atentando para o artigo 1.584/CC, identificamos no seu inciso I que a guarda pode ser requerida, por consenso, pelo pai e pela mãe, ou por qualquer deles, em ação autônoma de separação, de divórcio, de dissolução de união estável ou em medida cautelar. Na nossa legislação percebemos um direcionamento no sentido de que a guarda deve ser concedida ao genitor que melhor atender ao interesse dos filhos, sendo que este posicionamento, de defesa dos interesses do menor, encontra-se resguardado desde a Constituição Federal, passando pelo Estatuto da Criança e Adolescente até a recente Lei nº 13.058, de 2014. A lei não faz quaisquer distinções de preferência que prestigie o pai ou a mãe como guardião da criança ou adolescente.

O artigo 1.589 do nosso Código Civil disciplina e regulamenta as visitas do genitor que não possui a guarda:

Art. 1.589. O pai ou a mãe, em cuja guarda não estejam os filhos, poderá visitá-los e tê-los em sua companhia, segundo o que acordar com o outro cônjuge, ou for fixado pelo juiz, bem como fiscalizar sua manutenção e educação. Parágrafo único. O direito de visita estende-se a qualquer dos avós, a critério do juiz, observados os interesses da criança ou do adolescente. (Incluído pela Lei nº 12.398, de 2011)

Sobre o tema, merece ser ainda destacado o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº. 8.069/90, nos artigos 16 e 25. Existem alusões no mesmo que vêm ao encontro dessa situação de direito de família. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos: participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação, como também entender que família natural é a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes. Dessa maneira, percebemos que não basta apenas o convívio com os pais, mas todo um processo de envolvimento com a família de ambos os lados. Nesse sentido, citamos a decisão emitida pelo TJRJ¹³:

Direito fundamental de toda criança e adolescente de manter o convívio com a família, principalmente com a figura dos genitores, para que tenha um desenvolvimento saudável, uma vez que se funda na necessidade de cultivar afeto e firmar vínculos familiares. 3. Convívio familiar que é uma garantia prevista na Constituição da República e no Estatuto da Criança e do Adolescente, e tem como objetivo atender ao melhor interesse do menor. 4. Da análise do material probatório trazido a lume, se verifica que a lamentável situação de beligerância entre as partes, em detrimento de sua filha menor, já se arrasta por dois anos, envolvendo não só a forma de convívio da menor, como também a própria e conturbada separação do casal, conforme se infere dos feitos de nº0260633-39.2010.8.19.0001 e 02044694-74.2010.8.19.0001, onde controvergem os ex-cônjuges. 5. Ao longo somente dos presentes autos deste agravo de instrumento, que já se encontram com três volumes, e mais de quatrocentas páginas, é possível constatar que foram inúmeras as alterações envolvendo agravante, agravado e mesmo sua filha que, ainda que por via reflexa, vem colhendo os deletérios efeitos da renhida refrega travada entre seus pais. 6. Com base

13 “DIREITO DE FAMÍLIA - AGRAVO DE INSTRUMENTO DEMANDA DE REGULAMENTAÇÃO DE VISITAS MOVIDA PELO AGRAVADO - DIREITO FUNDAMENTAL DA CRIANÇA DE MANTER O CONVÍVIO FAMILIAR, CONSOANTE ART. 227 DA CRFB/88 E ART. 19 DO ECA - DIREITO INERENTE AO PODER FAMILIAR (ART. 1631 DO CC/02 E ART. 226 DA CRFB/88), QUE DEVE SER EXERCIDO POR AMBOS OS GENITORES EM IGUALDADE - ESTUDOS SOCIAL E PSICOLÓGICO QUE SUGERIRAM A AMPLIAÇÃO DO CONVÍVIO COM O GENITOR, CUJA VISITAÇÃO FOI REGULAMENTADA EM FINAIS DE SEMANAS ALTERNADOS - NECESSIDADE DE SE DISSOCIAR O CONFLITO PESSOAL QUE ENVOLVE AMBAS AS PARTES (EX-CASAL) DO DIREITO DOS FILHOS A UMA CONVIVÊNCIA SALUTAR COM SEUS PAIS - DECISÃO QUE SE MANTÉM. (AGRAVO DE INSTRUMENTO 0055128-83.2012.8.19.0000, 2ª Ementa - rel: DES. MARCELO LIMA BUHATEM - J: 12/12/2012 – 4ª CAMARA CIVEL

nos mencionados pareceres, o juízo a quo, acertadamente, fixou a visitação nos moldes acima descritos, que, destaque-se, não se dissocia em nada dos padrões de visitação estabelecidos comumente, devendo, por tal razão, ser mantida, máxime porque recomendada por profissionais da equipe psicossocial do juízo e chancelada pelo Ministério Público em ambos os graus. VOTA-SE POR NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.”

No artigo 1.632 do Código Civil, encontramos disciplinadas as relações entre pais e filhos após o fim da união conjugal¹⁴. É sempre nesse cenário de disputa de guarda e dever de visitas que acaba aparecendo a Síndrome da Alienação Parental (SAP), objeto de estudo dessa monografia.

2.2 SÍNDROME DA ALIENAÇÃO PARENTAL (SAP)

Inicialmente, recorrendo ao estudioso dessa síndrome, o psiquiatra norte-americano Richard Gardner¹⁵, podemos identificar uma definição: “A Alienação Parental é um processo que consiste em programar uma criança para que odeie um de seus genitores sem justificativa”. A Lei 12.318/10, no seu artigo segundo, traz um conceito mais amplo sobre a referida síndrome:

Art. 2º Considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este.

Segundo Silva (2003)¹⁶, na sua obra *Psicologia jurídica no processo civil brasileiro: a interface da psicologia com o direito nas questões de família e infância*, assevera que:

“A *Alienação Parental (AP)* é uma patologia psíquica gravíssima que acomete o genitor que deseja destruir o vínculo da criança com o outro, e a manipula afetivamente para atender motivos escusos. Quando a própria criança incorpora o discurso do(a) alienador(a) e passa, ela mesma, a

14 “A separação judicial, o divórcio e a dissolução da união estável não alteram as relações entre pais e filhos senão quanto ao direito, que aos primeiros cabe, de terem em sua companhia os segundos”.

15 GARDNER, Richard A. *“The Parental Alienation Syndrome”*, 1992, Second Edition 1998.

16 SILVA, Denise M. P. *Psicologia jurídica no processo civil brasileiro: a interface da psicologia com o direito nas questões de família e infância*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

contribuir com as campanhas de vilificação do pai/mãe-alvo, instaura-se a *Síndrome de Alienação Parental (SAP)*. A Alienação Parental deriva de um sentimento neurótico de dificuldade de individuação, de ver o filho como um indivíduo diferente de si, e ocorrem mecanismos para manter uma *simbiose sufocante* entre mãe e filho, como a superproteção, dominação, dependência e opressão sobre a criança. A mãe acometida pela AP não consegue viver sem a criança, nem admite a possibilidade de que a criança deseje manter contatos com outras pessoas que não com ela. Para isso, utiliza-se de manipulações emocionais, sintomas físicos, isolamento da criança com outras pessoas, com o intuito de incutir-lhe insegurança, ansiedade, angústia e culpa. Por fim, mas não em importância ou gravidade, pode chegar a influenciar e induzir da criança a reproduzir relatos de eventos de supostas agressões físicas/sexuais atribuídas ao outro genitor, com o objetivo único (da mãe, é claro!) de afastá-lo do contato com a criança. Na maioria das vezes, tais relatos não têm veracidade, dadas certas inconsistências ou contradições nas explicações, ou ambivalência de sentimentos, ou mesmo comprovação (por exemplo, resultado negativo em exame médico); mas se tornam argumentos fortes o suficiente para requerer das autoridades judiciais a interrupção das visitas e/ou a destituição do poder familiar do “suposto” agressor (o outro genitor)”.

No livro “Protegendo seus filhos da alienação parental (Protecting your children from parental alienation)”, escrito pelo Dr. Douglas Darnall, acaba descrevendo o genitor alienador como produto de um sistema ilusório, onde todo seu ser está orientado para a destruição da relação dos filhos com o outro genitor (MAJOR, p. 28)¹⁷. Nessa perspectiva, observamos que o genitor alienador quer todo o controle sobre as crianças ou adolescentes envolvidos nesse processo, tornando-se, algumas vezes, uma questão de vida ou morte. Ainda nesse sentido, esclarece Major que o alienador não respeita regras e não tem o costume de obedecer às sentenças dos tribunais, presumindo que tudo lhe é devido e, sendo assim, que as regras são para os outros, mas não para si. Também busca controlar desesperadamente o tempo dos seus filhos quando os mesmo estão com o outro genitor, já que esse contato com o outro é inaceitável para o alienador.

Gardner (1998, p. 39 a 41) adverte que o genitor alienador, além de ser fingido e hipócrita, não é cooperativo e oferece uma grande resistência para ser examinado por um especialista independente, essencial para que suas manipulações sejam

17 MAJOR, Jayne A. "Parental Alienation Syndrome: How to Detect It and What to Do About It", 1999, <http://www.fact.on.ca/Info/pas/walsh99.htm>

descobertas. Ainda nesse contexto, o nobre psiquiatra afirma que o alienador ampara os filhos com suas próprias alegações sem observar a inverossímil degradação deles.

Neste sentido, Jorge Trindade¹⁸ (2009, p. 311), na sua obra *Manual de psicologia jurídica para operadores do direito*, explica que:

“Órfão do genitor alienado, à criança restará a possibilidade de identificação com o genitor patológico e, portanto, uma “opção” pela doença ou, pelo menos, com parte menos saudável desse genitor”.

Na visão de Podevyn¹⁹ (2001), a síndrome pode produzir sérios danos à criança, tais como: depressão crônica, incapacidade de adaptação em ambiente psicossocial normal, transtornos de identidade e de imagem, desespero, sentimento incontrolável de culpa, sentimento de isolamento, comportamento hostil, falta de organização, podendo, inclusive, de uma forma extrema, levar ao suicídio. Entretanto, diferentemente de Podevyn, adverte Trindade que o sentimento de culpa instaurado pela Síndrome da Alienação Parental é o resultado do reconhecimento, na fase adulta, que foi cúmplice desse processo de falsidade criado pelo alienador.

Em sua obra sobre a Alienação Parental, Podevyn (2001) apresenta os principais comportamentos do genitor alienador:

- a) Recusar de passar as chamadas telefônicas aos filhos;
- b) Organizar várias atividades com os filhos durante o período que o outro genitor deve normalmente exercer o direito de visitas.
- c) Apresentar o novo cônjuge aos filhos como sua nova mãe ou seu novo pai.
- d) Interceptar as cartas e os pacotes mandados aos filhos.
- e) Desvalorizar e insultar o outro genitor na presença dos filhos.
- f) Recusar informações ao outro genitor sobre as atividades em que os filhos estão envolvidos (esportes, atividades escolares, grupos teatrais, escotismo, etc.).
- g) Falar de maneira descortês do novo conjugue do outro genitor.
- h) Impedir o outro genitor de exercer seu direito de visita.
- i) “Esquecer” de avisar o outro genitor de compromissos importantes (dentistas, médicos, psicólogos).

18 TRINDADE, Jorge. **Manual de psicologia jurídica para operadores do direito**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2009.

19 PODEVYN, F. Síndrome de Alienação Parental (2001). Disponível em <http://www.apase.com.br> com a colaboração da Associação de Pais para Sempre. Disponível em <http://www.paisparasemprebrasil.org>.

- J) Envolver pessoas próximas (sua mãe, seu novo conjugue, etc.) na lavagem cerebral de seus filhos.
- k) Tomar decisões importantes a respeito dos filhos sem consultar o outro genitor (escolha da religião, escolha da escola, etc.).
- l) Trocar (ou tentar trocar) seus nome e sobrenomes.
- m) Impedir o outro genitor de ter acesso às informações escolares e/ou médicas dos filhos.
- n) Sair de férias sem os filhos e deixá-los com outras pessoas que não o outro genitor, ainda que este esteja disponível e queira ocupar-se dos filhos.
- o) Falar aos filhos que a roupa que o outro genitor comprou é feia, e proibi-los de usá-las.
- p) Ameaçar punir os filhos se eles telefonarem, escreverem, ou a se comunicarem com o outro genitor de qualquer maneira.
- q) Culpar o outro genitor pelo mau comportamento dos filhos.

Bone Walsh, citado por Podevyn na sua obra, esclarece que existem quatro critérios para identificar, de maneira razoável, o processo da alienação parental: obstrução a todo contato, falsas denúncias de abuso físico, emocional ou sexual, deterioração da relação após a separação e reação de medo por parte dos filhos. Tomando como análise esse último critério de identificação da Síndrome da Alienação Parental, o referido autor salienta que a lealdade do filho ao alienador implica na deslealdade ao alienado, provocando dependência e submissão, especialmente pelo medo do abandono.

De acordo com Gardner podemos identificar três estágios da enfermidade do filho provocado pela síndrome:

Estágio I Leve - Neste estágio normalmente as visitas se apresentam calmas, com um pouco de dificuldades na hora da troca de genitor. Enquanto o filho está com o genitor alienado, as manifestações da campanha de desmoralização desaparecem ou são discretas e raras. A motivação principal do filho é conservar um laço sólido com o genitor alienador (GARDNER, p. 20).

Estágio II Médio - O genitor alienador utiliza uma grande variedade de táticas para excluir o outro genitor. No momento de troca de genitor, os filhos, que sabem o que genitor alienador quer escutar, intensificam sua campanha de desmoralização. Os argumentos utilizados são os mais numerosos, os mais frívolos e os mais absurdos. O genitor alienado é completamente mau e o outro completamente bom. Apesar disto, aceitam ir com o genitor alienado, e uma vez afastados do outro genitor tornam a ser mais cooperativos (GARDNER, p. 27 e 28).

Estágio III Grave - Os filhos em geral estão perturbados e frequentemente fanáticos. Compartilham os mesmos fantasmas paranoicos que o genitor alienador tem em relação ao outro genitor. Podem ficar em pânico apenas

com a ideia de ter que visitar o outro genitor. Seus gritos, seu estado de pânico e suas explosões de violência podem ser tais que ir visitar o outro genitor é impossível. Se, apesar disto vão com o genitor alienado, podem fugir, paralisar-se por um medo mórbido, ou manter-se continuamente tão provocadores e destruidores, que devem necessariamente retornar ao outro genitor. Mesmo afastados do ambiente do genitor alienador durante um período significativo, é impossível reduzir seus medos e suas cóleras. Todos estes sintomas ainda reforçam o laço patológico que têm com o genitor alienador (GARDNER, p. 38).

Assevera Trindade (2009, p. 320) que a partir de um estágio médio, é necessário, além do atendimento individual do filho, uma psicoterapia de âmbito familiar, buscando uma relação mais saudável entre pais e filhos. Entretanto, quando o caso é grave, exigindo uma ação de caráter coercitivo ou sancionatório, com fiscalização do Ministério Público, somente o juiz da causa pode tomar providência, agindo de acordo com a lei.

O outro lado frágil afetado por essa síndrome é a figura do genitor alienado, aquele que é testemunho de uma condenação brutal e absurda motivada pela raiva e pelo profundo processo de vingança, por parte do genitor alienador, devido principalmente ao rompimento dos laços conjugais. Essa síndrome, como podemos perceber, é o resultado de um processo de destruição de um relacionamento pela desconstrução da imagem do outro, tendo como causa uma série de motivos: ciúme, raiva, ódio. As dificuldades impostas pelo alienador acabam por fragilizar o alienado que, muitas vezes, mesmo amparado pela legislação legal acaba se afastando dos filhos para evitar o sofrimento dos mesmos como também o próprio. Esse afastamento provoca uma profunda sensação de impotência e injustiça frente à situação.

Nesse diapasão, não é difícil questionar até que ponto o judiciário promove adequadamente justiça e reparação do dano causado, principalmente para a mais fragilizada, nesses casos que envolvem a Síndrome da Alienação Parental. Daí a necessidade de repensar certas atitudes e ações frente a um processo doloroso e amargo que atinge a todos dentro dos conflitos que envolvem tal síndrome.

2.3 O SUJEITO DE DIREITO NO ORDENAMENTO JURÍDICO

Nas breves, mas esclarecedoras palavras de José Américo Silva Montagnoli²⁰, no seu artigo sobre o conceito de sujeito de direito como atomização liberal da ideia de povo, mostra-nos que “os obstáculos ao desenvolvimento do conceito de povo, sobretudo durante o período de consolidação do Estado burguês de direito, além de atomização liberal na figura do sujeito de direito, denota um caráter artificial da noção histórica desse sujeito”.

Nesse sentido, Michel Miaille²¹ (1994, p. 117) assevera que a figura burguesa do sujeito de direito provocava um efeito de viver melhor ou da melhor consciência na Modernidade, exprimindo apenas outro estado das transformações sociais, verdadeira cristalização de uma ordem jurídica a serviço das elites que se opunham, a qualquer preço, a construção decisória com autoria compartilhada entre o povo e os poderes constituídos. Dessa forma, segundo Montagnoli, na leitura que faz do conceito de sujeito de direito sob o olhar jurídico-dogmático do conceito de povo na visão de Jellinek, em relação ao próprio povo, esclarece-nos que o mesmo apresenta uma função dupla. Primeiramente, funcionaliza-se como elemento da associação estatal, sendo o Estado, neste caso, um sujeito do poder público, e o povo uma garantia constitucionalmente qualificada, somente audível pelo Estado, traduzindo legitimamente a vontade popular. No entanto, é na sua segunda função que o povo se afasta de qualquer significância emancipatória, apenas como objeto da atividade estatal. Desse modo, reificamos o povo, constituído, portanto, a causa da autoridade do poder do Estado, no qual aquele acaba como objeto de *imperium* deste.

Volvendo nosso olhar para o arcabouço do ordenamento jurídico brasileiro, há uma associação do conceito de sujeito de direito ao conceito de pessoa. Inicialmente, o conceito de pessoa não era jurídico, mas passou a ter uma acepção técnica no período pós-clássico, entendendo-se que o ser enquanto pessoa é aquele apto a figurar como titular de direitos e obrigações. Já no período clássico, surge, entre os romanos, o termo *persona* para designar os seres humanos. Era uma concepção técnica do termo, diferenciando os homens dos animais. Contudo, nem todas as *personas* eram admitidas como pessoas no seu sentido técnico, como, por exemplo, os escravos que eram

20 MONTAGNOLI, José Américo Silva. **O conceito de “sujeito de direito” como atomização liberal da ideia de povo: traços históricos de uma exitosa empreitada jurídico-burguesa (Artigo)**. In: Anais do XVIII Congresso Nacional do CONPEDI, realizado em São Paulo – SP nos dias 04, 05, 06 e 07 de novembro de 2009.

21 MIAILLE, Michel. **Introdução crítica ao direito**. Tradução de Ana Prata. 2 ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

considerados coisas despersonalizadas. Só na idade Média, principalmente na visão do Cristianismo, houve uma ampliação desse conceito, variando de acordo com a noção de igualdade de cada sociedade, ou seja, quanto maior a abrangência da igualdade instituída por uma sociedade, maior seria, proporcionalmente, a amplitude do conceito de pessoa.

No artigo escrito por Lorena Xavier da Costa (Sujeito de direito e pessoa: conceitos de igualdade?)²² percebemos uma nítida crítica a essa posição majoritária da doutrina jurídica brasileira de colocar o conceito de sujeito de direito e pessoa como sinônimos. Na realidade, segundo a mesma, existe uma série de diferenças entre esses entes. Inicialmente, mostra-nos que há um significativo lapso temporal entre esses conceitos, já que o conceito de pessoa é antiquíssimo enquanto que o de sujeito de direito, relacionado ao de relação jurídica, só foi formulado pela pandectística alemã, sofrendo grande desenvolvimento no século XIX.

O ordenamento jurídico brasileiro apresenta um conceito técnico-jurídico de pessoa, o que não quer dizer que esse conceito não apresente limitações. A personalidade da pessoa natural e da pessoa jurídica é semelhante, embora apresente algumas diferenças essenciais. Nesse contexto, observamos que a personalidade da pessoa natural, ou seja, da pessoa como ser humano, é decorrente da sua dignidade, sendo uma realidade que antecede ao direito. Já a pessoa jurídica é uma criação do legislador para atender as necessidades humanas, adquirindo também personalidade sem que essa seja uma condição imanente dessa pessoa. Dessa forma, são completamente aptas para figurar como elemento subjetivo das relações jurídicas, capazes de serem titulares de direitos e obrigações.

Na realidade, o sujeito de direito só pode ser entendido se observado dentro do contexto da relação jurídica, já que sendo o mesmo um elemento abstrato dessa relação, não poderia se igualar à pessoa, que é um ente que possui existência fática e participa de forma concreta da relação jurídica. Dessa maneira, o sujeito de direito nada mais é que um ente ao qual o legislador outorga direito, sendo ele pessoa ou não. O que acaba por desmistificar o equívoco de colocar o conceito de sujeito de direito como sinônimo de pessoa.

22 COSTA, Lorena Xavier. **Sujeito de direito e pessoa: conceitos de igualdade? (Artigo)**. In: Legis Augustus. Rio de Janeiro, v4, n2, p. 75-87, jul/dez 2013.

Numa outra perspectiva crítica sobre a percepção do sujeito de direito, levando em consideração o artigo escrito pelo Pedro Jimenez Cantisano (*Quem é o sujeito de direito? A construção científica de um conceito jurídico*)²³, identificamos uma nítida preocupação em questionar quem é esse sujeito de direito e como ele toma suas decisões, o que acaba interessando aos juristas nos seus mais diversos pontos de vista. Capacidade e incapacidade, deliberação e intuição são alguns dos principais conceitos juridicamente relevantes no que se referem aos estados mentais, intenções, processos cognitivos, enfim, o que pode passar na cabeça de uma pessoa quando se toma uma decisão. Essa questão, segundo o autor, leva-nos a um ponto fulcral da origem desses conceitos: o mito da dominação racional de uma natureza interior reprimida. Seria o homem capaz de agir racionalmente sem que as emoções tomem conta do processo decisório? Nesse sentido, observamos que razão e paixão, mente e corpo são dualismos constitutivos da forma de pensar sobre o nosso próprio “eu”.

O Direito acaba reproduzindo ou colocando em xeque esses dualismos através de algumas praticas científicas, lançando conceitos como razão e emoção numa zona de indistinção, o que acaba abrindo espaço para a crítica do pensamento sobre o Direito.

Nesse artigo, levando em consideração a *Análise Econômica do Direito* (Law and Economics), prática científica de grande amplitude nos Estados Unidos, que pressupõe um modelo de ser humano racional, que maximiza o bem-estar pessoal, torna-se ponto de partida para um debate sobre a construção científica do sujeito de direito. Confrontando o *homo economicus* com o *homo sapiens* observou-se que “os limites cognitivos, erros de avaliação, comportamentos instintivos e considerações emotivas constituem uma teia de fatores que envolvem a nossa tomada de decisões” (Cantisano, p. 134).

Estudos elaborados nas áreas da Psicologia e da Neurociência revelaram resultados que parecem delinear limites ao modelo de escolha racional. Surgem desses estudos dois modelos comportamentais aplicados ao Direito que se apresentam como alternativas à escolha racional: o Behavioral Law and Economics e a Evolutionary ou Biological Analysis of Law. Na primeira, observamos a construção da ideia que o sujeito de direito apresenta limites concretos na hora de tomar decisões, já que os comportamentos não são regidos por leis de mercado, envolvendo, na realidade,

23 CANTISANO, Pedro Jimenez. **Quem é o sujeito de direito? A construção científica de um conceito jurídico (Artigo)**. Direito, Estado e Sociedade. N. 37, p. 132-151, jul/dez 2010.

situações complexas relativas à psique humana. Limites que devem ser levados em consideração nas práticas científicas que pretendem dar suporte normativo tanto à elaboração legislativa como as decisões judiciais. Também estabelece que existe uma grande influência das normas sociais sobre os processos decisórios. Nesse sentido, ainda esclarece que:

“O sujeito de direito que é construído por esses autores é mais complexo que um mero decisor racional. (...) Ele tem problemas contextuais como a falta de informações e a pressão exercida por normas sociais, e apresenta atitudes pouco refletidas, como otimismo demasiado e a vontade de comprar coisas que não são do seu interesse. Trata-se de um sujeito que se aproxima do ser humano que exerce os papéis jurídicos de consumidor, criminoso, empregado etc (Cantisano, p. 141).

A *Evolutionary ou Biological Analysis of Law* apresenta o sujeito de direito pelos modelos da Biologia do comportamento. Trata-se de uma concepção subjetiva baseada nos impulsos naturais, biológicos e evolutivos, dos seres humanos, constituída pela observação do comportamento e pelas pesquisas neurocientíficas.

Essa perspectiva inovadora e ao mesmo tempo perturbadora sobre o sujeito de direito possibilita uma reflexão sobre o modelo do sujeito racional, desencadeando uma série de questionamentos, principalmente relacionados à crítica sobre o “mito da razão”, o que acaba apontando para estudos cada vez mais aprofundados sobre o assunto.

Entretanto, em meio a tantas considerações e questionamentos críticos sobre o sujeito de direito, acosto-me numa análise mais próxima da abordagem desse trabalho que visa uma discussão dialética entre o sujeito e o sujeito de direito. Nesse sentido, o artigo escrito por Maria Cristina Tarrega e Pedro Correa traz um norte na condução dessa análise como também uma maior proximidade com a psicanálise, especialmente com a teoria lacaniana.

O artigo “A construção narrativa do conceito de sujeito de direito e justiça”²⁴, fazendo uma releitura da obra “Tempo e narrativa” do filósofo Paul Ricoeur, propõe uma reflexão sobre a formação do conceito de sujeito de direito na tradição e na

24 TARREGA, Maria V. Blanco. CORREA, Pedro Guimarães. **A construção do conceito de sujeito de direito e justiça**. R. Fac. Dir. UFG. V. 35 n. 02 p. 88 – 105. Julho, 2011.

história. Nesse estudo, a construção do conceito de sujeito de direito está diretamente ligada à memória.

“A memória enquanto reconstrução temporal só pode ser narrada” (2011, p. 89). Dentro dessa concepção, não é difícil questionar quem é o narrador desse passado ou mesmo pensar que todos os fatos e acontecimentos possam ser transmitidos. Na realidade, quem narra a história acaba contando-a à partir de sua interpretação, podendo ou não incluir fatos, dependendo de sua mensuração sobre os mesmos e do grau de importância que a cada um pode dar. Dessa forma, segundo o que assevera os autores do artigo, devemos entender que:

O sujeito conhece-se a si mesmo através dos signos depositados na memória e nas grandes tradições literárias. A construção da ideia de sujeito de direito na tradição depende portanto do processo narrativo e da construção da própria história. A ideia de sujeito enquanto conceito depende da possibilidade da apreensão dos significantes históricos. (2011, p. 91)

Dessa maneira, como afirma Ricoeur, “o tempo humano só se compreende narrado”. Na verdade, existe uma relação dialética entre ipseidade e alteridade, o que demonstra que há uma reapropriação reflexiva através das mediações da linguagem narrativa de sua própria história. Nessa abordagem, percebemos que a memória humana, uma construção complexa (lembranças, recordações, lapsos, ausências etc.), quando ideologizada possibilita recursos de variações que o trabalho de configuração narrativa oferece, demonstrando o seu caráter seletivo e excludente. Esse caráter acaba permitindo, numa busca pelo conceito de sujeito de direito, procurar esquecidos, aqueles cujos devires não são reconhecidos.

Na busca pela construção do conceito de sujeito de direito, Ricoeur faz uma viagem ao passado remontando à época da Revolução Francesa e dos seus princípios revolucionários: *liberdade, igualdade e fraternidade*. Segundo o autor, foi exatamente nessa época que o sujeito passou a se tornar uma preocupação efetiva do direito. Instala-se, então, uma necessidade de configurar esse sujeito num indivíduo igual a todos. Com a instituição da liberdade surgiu um protótipo de sujeito capaz da autodeterminação. A fraternidade, por outro lado, exige um sujeito, enquanto indivíduo, que possa estabelecer uma relação com o outro, ou ainda como terceiro.

Na trajetória evolutiva da codificação do conceito de sujeito de direito, percebemos que a capacidade jurídica, ou seja, a capacidade de ação é um atributo fundamental da personalidade. O código Civil, no seu artigo primeiro, diz: “Toda pessoa é capaz de direito e obrigações na esfera civil”. Entretanto, a ideia de capacidade não está somente ligada ao direito, agregando-se também ao reconhecimento e o respeito ao homem. Nesse sentido, “a capacidade designa também atribuição”. Nessa seara, integram-se valores alheios a universalização do modelo codificado. Dessa forma, o sujeito capaz é o que pode ser avaliado, ou seja, é aquele indivíduo cuja ação é boa ou má, sendo digno ou não de nossa estima. Essa capacidade de valorar, segundo Ricoeur, é fundamental para o entendimento do sujeito capaz, atingindo o seu mais elevado significado.

Entretanto, o sujeito capaz, aquele dotado de direito de deveres, não se constitui suficiente para ser considerado um sujeito de direito. Para Ricoeur o sujeito de direito “é aquele inserido no contexto público, político e comunitário, mediado continuamente por formas interpessoais de alteridade e formas institucionais de associação” (2011, p. 100). Nesse diapasão, esclarece os autores:

Quando o sujeito age, ele cria uma polaridade, cria uma relação “eu-tu”. Os atos de fala são os melhores exemplos dessa ligação. Quando alguém fala, ele fala para alguém. O falar sozinho não carece de sentido, ou só tem sentido psicológico. Essa interação “eu-tu” torna-se uma relação capaz de criar sujeitos de direito quando o eu se vê no tu, quando acontece o que Ricoeur chama de “eu mesmo como outro”. Nessa relação “eu-tu” deve vir inserida em um contexto de veracidade, de sinceridade. Eu só posso me ver no outro se acreditar que o outro é sincero (2011, p. 100).

Contudo, as relações interpessoais não são capazes de per si para descrever o aparecimento do sujeito de direito. Nessas relações de fala existe um terceiro, verdadeira materialização do eu mesmo como o outro, cujo principal exemplo é o ato de promessa. No ato de promessa, a capacidade de agir com minha intenção acaba provocando um pacto que se projeta para o futuro, desencadeando um processo de distensão para o além do eu e tu presente e gerando expectativa para toda a comunidade. Nesse sentido, após a promessa todo o âmbito jurídico foi ligado, criando devidamente o sujeito de direito.

Dessa maneira, compreendemos que para Ricoeur o sujeito de direito advém do sujeito capaz e que a capacidade humana está além dos limites impostos nos códigos. Na verdade, o sujeito capaz é aquele que tem deveres e responsabilidades, transcendendo o plano da propriedade e da acumulação de riquezas, mas, acima de tudo, aquele cujas imputações dos atos e atribuições devem ser ampliadas.

3 CAPÍTULO II - O SUJEITO E A PSICANÁLISE

Quando pensamos em mito comumente relacionamos ao simbólico, ou seja, ao que não é verdade, opondo-se a construção do conhecimento científico. Essa discussão remonta a uma dicotomia da antiguidade Grega, constituída essencialmente pela reprovação das fábulas por parte de Platão e a elaboração fantasiosa de Homero e de Hesíodo em defesa do discurso racional e filosófico, contrapondo a verdade (aliethê) do discurso filosófico ao falso (psêudos) relacionado ao discurso mítico.

Na construção da sua teoria, Freud, por várias vezes, recorreu à mitologia grega para embasar os conceitos por ele elaborado. Ana Cristina de Araújo Vianna, em seu trabalho “O mito de narciso e a psicanálise”²⁵, mostra-nos que a linguagem do mito estabelece relações profundas com o funcionamento do inconsciente, não apresentando lógica linear, construindo um círculo universal de profunda similaridade com diversas culturas, de diferentes épocas, demonstrando o que há de mais importante no ser humano: a estruturação e funcionamento psíquico. Nesse sentido, a referida autora cita o antropólogo Lévi Strauss dizendo que “a linguagem mítica apresenta algumas características essenciais: a repetição, a atenção a contradições e à sua superação”. Dessa maneira, adverti-nos Azevedo que “nos mitos são recorrentes as questões como vida e morte; o mesmo e o outro; a diferença sexual; o perene e o transitório e assim por diante” (Azevedo, 2004, p. 15).

Etimologicamente o termo Narciso (narkhé = “o que faz adormecer”, “narcótico”) tem origem no nome de uma flor, vindo do grego *Narkissos*, a partir de *nárke*, que quer dizer “torpor”, e significa “o que faz adormecer, narcótico”²⁶.

O mito de Narciso, como todos os mitos, apresenta muitas versões. Dentre as diversas narrativas que se apresentam sobre esse mito, a mais conhecida é a de Ovídio (43 a.C. – 18 d.C.) do Livro Metamorfoses. Nessa história, Narciso, filho do deus-rio Céfiso e da ninfa Liríope, era uma das mais belas criaturas existentes. Sua mãe, sabendo disso, e temendo a competição com a beleza dos Deuses do Olimpo, recorreu a Tirésias para saber se o mesmo teria vida longa. O oráculo, diante do

25 VIANNA, Ana Cristina de Araújo. **O mito de narciso e a psicanálise**. Trabalho apresentado em jornada de psicanálise em 12/04/2014 no Círculo Psicanalítico do RGS.

26 Significado dos Nomes - Dicionário de Nomes Próprios© 2008 – 2017.

questionamento, respondeu que sim, mas dependeria de uma condição: Narciso não poderia contemplar sua própria imagem.

Era um homem de uma beleza estonteante, a tal ponto que as mulheres ficavam completamente entorpecidas e buscavam conquista-lo. Dentre elas, a mais conhecida é a bela ninfa Eco. Essa ninfa costumava entreter com suas histórias Hera, a esposa ciumenta de Zeus, para que o mesmo pudesse cometer infidelidades. Diante da revelação dessa estratégia, Hera pune Eco de forma que a mesma nunca mais pudesse enunciar uma fala própria, podendo, a partir de então, somente repetir o que fosse dito pelos outros. Sabendo do ocorrido, Afrodite pune Narciso com a seguinte maldição: “amar, sem jamais possuir o objeto amado; a amar um amor impossível”. Um belo dia, querendo saciar sua sede, encontra um lago de águas serenas e límpidas. Quando se debruça sobre o lago acaba se deparando com uma outra sede: “o olhar da bela forma que ele vê”. Nas palavras da narrativa de Ovídio: “Ele ama uma esperança sem substância e crê que é substância o que é apenas sombra”.

O termo Narcisismo foi aproveitado por Freud de um trabalho escrito por Näcke no final do século XIX, motivando a construção do artigo “Sobre o Narcisismo: uma introdução”, que modificou completamente o conceito de Ego, tornando-se um “objeto”, um vestígio de identificações passadas (Perelberg, 2012)²⁷.

Posteriormente, diversos outros autores, num processo contínuo de reelaboração do conceito e interpretação do mito, postularam novas abordagens dentro do universo dinâmico da psicanálise. Apenas para exemplificar podemos citar *a perversão* de Hellis, *o ponto de fixação das psicoses* e o *investimento libidinal* sobre o próprio ego de Schreber como também *a identificação* de Freud.

Entretanto, uma das interpretações mais conhecidas dentro da psicanálise sobre o referido mito é a da *fase evolutiva da psicosexualidade*. Essa interpretação enfatiza tanto a etapa primária da fusão simbiótica do bebê com a mãe como também uma secundária, que designa um retorno ao ego (a própria libido), retirada de seus investimentos objetivos.

27 PERELBERG, Rosine Josef et alii. **Freud: uma leitura atual**. Porto Alegre: Artmed, 2012.

A literatura também bebeu dessa fonte mítica. Machado de Assis, no seu conto “O espelho: esboço de uma nova teoria da alma humana”²⁸, apresenta uma interessante reflexão sobre “a imagem refletida no espelho”, numa perspectiva que a criatura humana traz consigo duas almas: uma que olha para dentro e outra que olha para fora. Nesse conto, o narrador personagem, recorrendo a sua memória, conta que quando jovem, depois de ser nomeado alferes, passa a ser tão prestigiado e identificado com o novo posto que o mesmo acaba eliminando o próprio homem. Observa-se, dessa forma, que o “sujeito desejante” transforma-se no “objeto” alferes desejado e investido. Podemos observar nesse fragmento do conto:

“- O alferes eliminou o homem. Durante alguns dias as duas naturezas equilibraram-se, mas não tardou que a primeira cedesse à outra; ficou-me uma parte íntima de humanidade. Aconteceu então que a alma exterior, que era dantes o sol, o ar, o campo, os olhos das moças, mudou de natureza, e passou a ser a cortesia e os rapapés da casa, tudo o que me falava do posto, nada do que me falava do homem. A única parte do cidadão que ficou comigo foi aquela que entendia com o exercício da patente, a outra dispersou-se no ar e no passado.”

Percebemos, dessa forma, como a linguagem mítica é profunda e como ela serve bem aos propósitos da psicanálise de fazer reflexões sobre a psique humana. Dessa maneira, passamos a compreender que o Mito de Narciso pode ser visto sobre a ótica do mesmo e do outro. Nesse sentido assevera Azevedo (apud Vianna, 2014):

“na busca do outro, busca-se o que falta a si mesmo, busca-se a reparação ou ortopedia da falta, em última instância, a perfeição do Todo. O que o mito erótico de Narciso sublinha, em cores trágicas, é que essa busca pela completude passa necessariamente pelo outro, mas por um outro não mais tomado como tal, mas reduzido a uma imagem de si, a um reflexo (...) Ao invés do jogo amoroso da reciprocidade, Narciso põe cruamente em jogo a lógica da reflexividade, da confluência sobre si de sujeito e objeto, encerrando-se em uma circularidade mortífera” (Azevedo, 2004, p. 33).

Nessa perspectiva, observamos que muitos são os caminhos percorridos pela psicanálise no desejo de compreender a psique humana, como também são múltiplas

28 ASSIS, Machado de . **O espelho**, In M. de Assis, Contos (p. 71 – 81). São Paulo: Moderna, 1983.

as possibilidades e conexões que se apresentam através dos mitos para a construção do conhecimento na busca das mais variadas e complexas repostas do próprio “eu”.

3.1 O MITO DE ÉDIPUS REI E A CONSTRUÇÃO DO COMPLEXO

Originalmente, a gênese do complexo de Édipo encontra-se na famosa obra clássica grega escrita por Sófocles em 427 a.C.: Édipo Rei. Trata-se de uma das tragédias gregas mais emblemáticas do teatro da Grécia.

Nessa história, Laio, rei da cidade de Tebas e casado com Jocasta, foi advertido pelo oráculo para não ter filhos, pois caso isso ocorresse o mesmo seria morto pelo próprio filho, que posteriormente casaria com a mãe. Não acreditando na recomendação feita pelo oráculo, o rei teve um filho com Jocasta. Arrependendo-se, resolveu abandonar a criança numa montanha com os tornozelos furados para que ela morresse. O menino não morreu e foi encontrado por pastores, crescendo para se deparar com o seu destino. Já adulto e depois de consultar o oráculo de Delfos, espantado com o que escutou, saiu de Corinto em direção a Tebas. No caminho encontra o pai e, sem saber, acaba matando. Chegando à Tebas encontrou a população atormentada por uma Esfinge, monstro com uma feição metade leão e a outra metade mulher. Após desvendar o enigma da Esfinge, assumiu o poder em Tebas e desposou Jocasta, sua mãe. Depois do ocorrido, uma violenta peste atingiu a cidade. Quando descobriram, através do oráculo, Jocasta, a mãe de Édipo, enforcou-se. O rapaz, como punição por não ter sido capaz de reconhecer a própria mãe, furou os dois olhos.

No século XIX, após fazer uma reinterpretação do mito de Édipo, Freud formula sua teoria do Complexo de Édipo. Segundo Freud, esse complexo é um conjunto de desejos amorosos e hostis, que uma criança experimenta em relação aos seus pais. Na abordagem do eminente psicanalista, o Complexo de Édipo se apresenta de duas formas: positiva e negativa. Na forma positiva, o complexo é semelhante à história do mito, ou seja, desejo da morte do rival que é a pessoa do mesmo sexo e desejo sexual pela personagem do sexo oposto; já na forma negativa, apresenta-se de forma inversa, ou seja, raiva do sexo oposto e amor pelo mesmo sexo. O pai da

psicanalise, no seu livro “A interpretação dos sonhos”²⁹, descreve Édipo da seguinte maneira:

“Seu destino nos move apenas porque poderia ter sido o nosso – porque o oráculo lançou a mesma maldição sobre nós antes do nosso nascimento, como sobre ele. É o destino de todos nós, talvez, dirigir nosso primeiro impulso sexual para nossa mãe e nosso primeiro ódio e nosso primeiro desejo assassino contra nosso pai. Nossos sonhos nos convencem de que isso é assim” (Freud, p. 296).

Nessa perspectiva, Freud, através do mito de Édipo Rei, nos conduz a uma reflexão sobre o sujeito do desejo e suas tragédias, pois os desejos seriam desconcertantes e capazes de nos conduzir a territórios nunca antes trilhados. Nessa seara, Leonora Roizen Albek Oliven³⁰ na sua dissertação de mestrado assevera:

O desejo filial pelo amor materno, que jamais poderá ser consumado, por interdito, é demonstrado por Freud através do Complexo de Édipo como suficiente a conduzir ao assassinato do pai. Pelo binômio rivalidade – desejo, Édipo – o homem – transgrede a lei para a consumação do desejo, assim levando o pai – proibição – a condição de instituidor da lei, da norma. A função do Pai, com a metáfora paterna impeditiva da realização de determinados sonhos e desejos, em Édipo Rei é transposta. Concretizando o amor filial pela mãe, surge a culpa e o desejo pelo castigo, pelo autoflagelo. (OLIVEN, 2010, p. 77)

Esse complexo, na abordagem psicanalista, é uma *fase do desenvolvimento psicosssexual da criança do sexo masculino*, que se caracteriza quando esta começa a sentir uma *forte atração pela figura materna* e se rivaliza com a figura paterna. Comumente, o Complexo de Édipo surge durante a chamada “Fase Fálica”, desempenhando um papel fundamental na estruturação da personalidade e na orientação do desejo humano.

29 Sigmund Freud *The Interpretation of Dreams* Chapter V "The Material and Sources of Dreams" (New York: Avon Books) p. 296.

30 OLIVEN, Leonora Roizen Albek. **Alienação Parental: a família em litígio**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Viegas de Almeida, Mestrado Profissional em Psicanálise, Saúde e Sociedade, Rio de Janeiro, 2010.

3.2 O SUJEITO LACANIANO

Direcionando, nesse momento, o olhar para o universo da psicanálise Lacaniana, percebemos que a alienação se revela através do desejo do outro, já que *o meu desejo é o desejo do outro*. Dessa forma, é no outro e pelo outro que aquilo que quero me é revelado. De modo que o objeto de meu desejo é o objeto do desejo do Outro. O desejo é, acima de tudo, uma seqüela dessa constituição do eu no Outro. Nesse sentido, Bruce Fink, na sua obra “*O sujeito lacaniano*”, explica que:

O desejo e o discurso dos outros são “internalizados”, não são contudo tidos como nossos, eles permanecem como “corpos estranhos” dentro de nós. Eles podem parecer tão estranhos, tão alienados, tão desligados da subjetividade que um indivíduo escolhe tirar a própria vida a fim de livrar-se de tal presença estranha. (FINK, p 57)

Esclarece ainda que no sujeito humano se produzem substituições, verificadas, de um modo embrionário, no processo inicial da fala, pois a partir desse momento o mesmo já não mais se constitui como antes, provocando um intervalo entre duas realidades: o simbólico e a inatingível presença do real. Portanto, desde o início da sua vida, o ser humano vê seu destino constituído por uma dívida, que embora não tenha sido o mesmo responsável por ele, terá que pagá-la.

Evidenciaremos mais uma vez o importante papel da linguagem como formadora do eu através do discurso materno. Cada parte do corpo, cada sensação tida, serão designadas por uma palavra (o signo linguístico - *significante*), que juntas formarão uma “colcha de retalhos” simbólica que irá recobrir o que antes era real. Tudo isso através da ligação com o Outro (mãe).

Posteriormente, chegaremos numa outra fase, que a psicanálise denomina como a fase do espelho. O espelho é um momento de uma segunda separação, agora deixando um resíduo de raiva e rancor que perseguirão o sujeito até a morte. É no espelho que a criança vê seu corpo unificado, deixando de ser fragmentado. No espelho a criança vê que ele existe e não é o Outro (mãe), existindo duas pessoas distintas. Nesse momento, a mesma se dá conta que não é a mãe, voltando-se contra

ela. Assim, a criança percebe o rapto que o discurso do Outro fez de si mesma, aflorando, a partir desse instante, o próprio sujeito. Surge, então, várias projeções de imagens, principalmente advindas do Outro parental. Nessa perspectiva, exemplifica Fink:

Uma boa menina” ou uma “menina má”, um “filho modelo” e assim por diante. Tais imagens derivam de como o Outro parental vê a criança e são, portanto, estruturados linguisticamente. Na verdade é a ordem simbólica que realiza a internalização das imagens especulares e de outras imagens, uma vez que é essencialmente devido a reação dos pais a tais imagens que elas se tornam carregadas de interesse ou valor libidinal aos olhos da criança”. (FINK, p.57)

Uma vez internalizadas, essas imagens fundem-se em uma única imagem que a criança vem considerar o seu *EU*. Havendo imagens contraditórias, as mesmas podem provocar conflitos, já que o *EU* estará num estado constante de transformação. Fink diz que “o objetivo da análise não é procurar dar ao analisando uma imagem “verdadeira” ou correta do seu *self*, uma vez que o *EU* é , por sua própria natureza, uma distorção, um erro, um depósito de mal-entendidos.”

Nesse exato momento, surge um outro no sujeito: o inconsciente. É um furo no discurso até então construído. Lacan assevera que o inconsciente é uma abstração. O mesmo é formado por uma cadeia de significantes que não precisa de um sujeito para ser proferida, ela tem sua própria dinâmica. Essa dinâmica é a dinâmica da Pulsão, dada por Freud no que André Green chamou de “O ultimo estatuto da Pulsão”, a saber; o livro “*Além do Princípio do Prazer*”, tão desprezado pelos psicanalistas, já que exige deles uma reformulação completa do que seria a pulsão e consequentemente o Inconsciente. Dentro dessa perspectiva, Bruce Fink, ao analisar o sujeito freudiano, traça a seguinte ponderação:

O que é mais notável a respeito do sujeito Freudiano é que ele desponta apenas para desaparecer quase instantaneamente. Não há nada substancial a respeito desse sujeito; não há nenhum *ser*, nenhum substrato ou permanência no tempo, em resumo, nada com que estejamos acostumados a procurar quando falamos dos sujeitos. Há um tipo de fogo de palha e tudo então se acaba. (FINK, p.64)

Na realidade, observamos que Freud, em um determinado momento do desenvolvimento do seu estudo sobre o sujeito, admitiu o inconsciente como uma instância completa, dotada de intenções e vontades, quase como uma segunda consciência constituída. Lacan nunca colocou o inconsciente como uma instância, permanecendo sempre com um discurso divorciado do consciente e do envolvimento subjetivo, mesmo quando se interrompe o discurso do eu que está baseado em um falso sentido de *self*.

Nesse sentido, Ronaldo Alencar, no seu texto “O Estádio do Espelho”, esclarece que a partir do rompimento do discurso racional estruturado surge um furo, a que Lacan chama de a fala do Sujeito Inconsciente. Dessa maneira, apresenta-se de uma forma volátil, uma verdadeira surpresa, “um achado”. Assevera Fink que “O sujeito é dividido entre o EU e o Inconsciente, entre consciente e Inconsciente, entre um sentido inevitavelmente falso de *Self* e o funcionamento automático da linguagem no Inconsciente. O sujeito não é senão essa própria divisão.” (FINK, p. 66 e 67)

Na longa caminhada de estudos elaborados por Lacan sobre o sujeito, percebemos que o mesmo, num processo contínuo de elaboração e reelaboração de conceitos e análises, busca abrir veredas de questionamentos que apontam para múltiplas possibilidades de aprofundamento sobre o sujeito e a construção do EU.

Hilana Erlich e Sonia Alberti³¹, numa reflexão sobre o sujeito, afirmam que:

“Se o que move o sujeito, determinando suas ações, habita-o sem que ele saiba, assim o faz de modo imperativo e inconsciente. O eu é determinado por algo que lhe é excêntrico e, ao mesmo tempo, inteiramente familiar, do qual ele nada quer saber, posto que pode abalar sua síntese”.

Apesar de excluído e calado pela ciência, especialmente pelo Direito, o sujeito não deixa de se manifestar, de modo que, justo por isso, fez-se possível à psicanálise

31 ERLICH, Hilana e ALBERTI, Sonia. **O sujeito entre psicanálise e ciência**. V Psicol. rev. (Belo Horizonte) v.14 n.2 Belo Horizonte dez. 2008.

reconhecê-lo e acolhê-lo. Eis o trabalho do psicanalista e da psicanálise, uma eterna busca pela compreensão desse complexo ser: O Sujeito.

4. CAPÍTULO III – A SÍNDROME DA ALIENAÇÃO PARENTAL, O SUJEITO DE DIREITO E A PSICANÁLISE

4.1 A SÍNDROME DA ALIENAÇÃO PARENTAL (SAP)

Essa temática, apesar de atual, retrata um antigo problema social que está enraizado na célula familiar, motivado pela dissolução do vínculo conjugal. A síndrome foi descoberta por Richard Gardner em 1985 depois de uma série de estudos e observações sobre casos de separação conjugal. Essa síndrome é caracterizada pela tentativa de um ente familiar, geralmente a mulher (esposa ou figura alienante), de macular a imagem do outro (o homem ou figura alienada), causando danos ao ser mais fragilizado desse processo: a criança.

O divórcio, como rompimento dos laços matrimoniais, é um direito do casal que não quer ou não consegue mais viver junto. Entretanto, a separação provoca um sentimento de fracasso nos cônjuges, desencadeando um sentimento de morte e enlutando a família. Desse processo, decorre uma profusão de sentimentos e emoções que estabelecem uma grande confusão, causando um conflito que envolve todos os entes da família.

Nesse contexto, a modificação do comportamento dos filhos, algumas vezes, pode resultar no aparecimento da Síndrome da Alienação Parental (SAP). Contudo, é necessário diferenciar a SAP da Alienação Parental, já que podemos ter esta sem que a outra se desenvolva. Normalmente, o que acontece é que o genitor-guardião afasta os filhos do outro, provocando apenas a Alienação Parental. Entretanto, quando esse processo desencadeia sequelas comportamentais e emocionais, principalmente nas crianças, é porque a Síndrome está instaurada.

Uma outra diferenciação importante para a compreensão desse conceito sobre a SAP é saber distinguir a Síndrome das Falsas Memórias e a Síndrome da Alienação Parental. Nesse sentido, assevera Trindade³² (2010, p. 206):

“A Síndrome de Falsas Memórias e a Síndrome de Alienação Parental são dois institutos muito diferentes, que não podem ser confundidos, nem utilizados como sinônimos. A Síndrome da Falsa Memória configura uma alteração da função mnêmica; enquanto a Síndrome de Alienação Parental é um distúrbio do afeto que se expressa por relações gravemente perturbadoras, podendo, de acordo com a intensidade e a persistência, incutir falsas memórias, sem que, entretanto, ambas estejam diretamente correlacionadas”.

Ainda adverte este autor que a Síndrome das Falsas Memórias diz respeito à prática de a mãe e/ou pai, ou outro familiar, implantar falsas histórias na mente da criança. Esse processo acaba implantando na mente da criança uma falsa imagem sobre o outro (pai ou mãe), motivando equivocadas elaborações de maus tratos, descaso etc. Embora essas Síndromes tenham construções diferentes, percebemos que uma pode ser o gatilho para acionar a outra.

Existem muitos motivos que podem ocasionar a SAP. Nesse sentido, vários autores citam algumas das principais motivações para a instauração dessa Síndrome: vingança do ex-cônjuge (geralmente por inconformismo com a separação), insatisfação do genitor alienante (principalmente por questões econômicas), adultério (especialmente quando o ex-cônjuge dá continuidade na relação com este parceiro) etc.

Entretanto, neste capítulo, não iremos mais apresentar com profundidade todo o processo de desenvolvimento da SAP, o que já foi feito no capítulo II deste trabalho. O apanhado inicial deste capítulo serve apenas para que possamos abrir uma discussão sobre esse problema, levando em consideração os participantes desse processo e suas relações com o Direito e a Psicanálise.

32 TRINDADE, Jorge. **Manual de psicologia jurídica para operadores do direito**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2010.

4.2 A SÍNDROME DA ALIENAÇÃO PARENTAL E O SUJEITO DE DIREITO

O ordenamento jurídico brasileiro traz um arcabouço considerável de leis que regem as relações entre pais e filhos, principalmente em caso de separação, conferindo aos entes familiares uma segurança jurídica e reconhecendo os sujeitos desse processo como sujeitos de direito.

A palavra separação, no universo do nosso ordenamento jurídico, é empregada para indicar rompimento de vínculo familiar, referindo-se diretamente as seguintes modalidades: separação, divórcio e dissolução de união estável.

O Código Civil brasileiro estabelece nos seus artigos 1.630 a 1638, sobre o poder familiar, que o pai e a mãe exerceram esse poder, havendo divergências, entretanto, quando um ou outro devem pedir auxílio da justiça para solucionar o problema. Nesse sentido, a legislação brasileira ainda especifica que os pais que constituem nova relação conjugal não perdem o poder sobre seus filhos. Contudo, devemos lembrar que esse poder familiar não é ilimitado. O nosso legislador teve o cuidado de delimitar esse tema levando em consideração a preservação da identidade, dignidade e a vida de crianças e adolescentes. O nosso ordenamento jurídico especifica bem essa questão nos seguintes artigos do Código Civil:

Art. 1.637. Se o pai, ou a mãe, abusar de sua autoridade, faltando aos deveres a eles inerentes ou arruinando os bens dos filhos, cabe ao juiz, requerendo algum parente, ou o Ministério Público, adotar a medida que lhe pareça reclamada pela segurança do menor e seus haveres, até suspendendo o poder familiar, quando convenha.

Parágrafo único. Suspende-se igualmente o exercício do poder familiar ao pai ou à mãe condenados por sentença irrecorrível, em virtude de crime cuja pena exceda a dois anos de prisão.

Art. 1.638. Perderá por ato judicial o poder familiar o pai ou a mãe que:

- I** - castigar imoderadamente o filho;
- II** - deixar o filho em abandono;
- III** - praticar atos contrários à moral e aos bons costumes;
- IV** - incidir, reiteradamente, nas faltas previstas no artigo antecedente.

Ainda nesse diapasão, O Código Civil no seu artigo 1.632 assevera:

Art. 1.632. A separação judicial, o divórcio e a dissolução da união estável não alteram as relações entre pais e filhos senão quanto ao direito, que aos primeiros cabe, de terem em sua companhia os segundos.

Também cabe ao Estado o dever zelar por todos os membros da família, fazendo com que os seus direitos sejam respeitados. Dessa forma, a Constituição Federal estabelece no seu art. 227 que:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010)

O Código Penal brasileiro traz no seu arcabouço uma previsão de conduta criminal para os violadores desses deveres:

Art. 136 - Expor a perigo a vida ou a saúde de pessoa sob sua autoridade, guarda ou vigilância, para fim de educação, ensino, tratamento ou custódia, quer privando-a de alimentação ou cuidados indispensáveis, quer sujeitando-a a trabalho excessivo ou inadequado, quer abusando de meios de correção ou disciplina:

Pena - detenção, de dois meses a um ano, ou multa.

§ 1º - Se do fato resulta lesão corporal de natureza grave:

Pena - reclusão, de um a quatro anos.

§ 2º - Se resulta a morte:

Pena - reclusão, de quatro a doze anos.

§ 3º - Aumenta-se a pena de um terço, se o crime é praticado contra pessoa menor de 14 (catorze) anos. (Incluído pela Lei nº 8.069, de 1990)

Apesar de todo esse aparato de leis no ordenamento jurídico brasileiro, não foi possível evitar a persistência da Alienação Parental e muito menos da instauração da Síndrome da Alienação Parental no seio da estrutura familiar, mesmo depois da criação

do instituto da Guarda Compartilhada. Foi necessário criar uma lei específica sobre esse assunto. Assim, no dia 26 de agosto de 2010, o então presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei 12.318, que passou a reger o instituto da Alienação Parental no Brasil.

No seu artigo segundo vamos encontrar o conceito legal desse instituto jurídico:

Art. 2º Considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este.

Já no seu parágrafo primeiro podemos encontrar as possíveis formas exemplificativas da Alienação Parental:

Parágrafo único. São formas exemplificativas de alienação parental, além dos atos assim declarados pelo juiz ou constatados por perícia, praticados diretamente ou com auxílio de terceiros:

I - realizar campanha de desqualificação da conduta do genitor no exercício da paternidade ou maternidade;

II - dificultar o exercício da autoridade parental;

III - dificultar contato de criança ou adolescente com genitor;

IV - dificultar o exercício do direito regulamentado de convivência familiar;

V - omitir deliberadamente a genitor informações pessoais relevantes sobre a criança ou adolescente, inclusive escolares, médicas e alterações de endereço;

VI - apresentar falsa denúncia contra genitor, contra familiares deste ou contra avós, para obstar ou dificultar a convivência deles com a criança ou adolescente;

VII - mudar o domicílio para local distante, sem justificativa, visando a dificultar a convivência da criança ou adolescente com o outro genitor, com familiares deste ou com avós.

Ainda encontramos, nesse instituto, no seu artigo sexto, os atos que podem ser tomados pela justiça caso se confirme a existência da Alienação Parental:

Art. 6º Caracterizados atos típicos de alienação parental ou qualquer conduta que dificulte a convivência de criança ou adolescente com

genitor, em ação autônoma ou incidental, o juiz poderá, cumulativamente ou não, sem prejuízo da decorrente responsabilidade civil ou criminal e da ampla utilização de instrumentos processuais aptos a inibir ou atenuar seus efeitos, segundo a gravidade do caso:

- I - declarar a ocorrência de alienação parental e advertir o alienador;
- II - ampliar o regime de convivência familiar em favor do genitor alienado;
- III - estipular multa ao alienador;
- IV - determinar acompanhamento psicológico e/ou biopsicossocial;
- V - determinar a alteração da guarda para guarda compartilhada ou sua inversão;
- VI - determinar a fixação cautelar do domicílio da criança ou adolescente;
- VII - declarar a suspensão da autoridade parental.

Entretanto, se observarmos bem essa lei, ela não faz referência nenhuma a Síndrome da Alienação Parental, como se a Alienação Parental fosse sinônimo dessa síndrome. Questão já discutida na primeira parte deste capítulo.

Levando em consideração o artigo quarto desta lei, percebemos que a justiça só pode intervir nesse processo se for provocada por alguma das partes envolvidas ou de ofício, se o caso for de grande repercussão social e com ampla divulgação, fazendo com que o juiz, ouvindo o Ministério Público, tome em caráter de urgência as providências cabíveis sobre o caso. Porém, existe um grande problema nisso tudo. Vivemos em um país onde as desigualdades sociais provocam um distanciamento gigantesco entre o povo e o Estado, principalmente com relação ao judiciário.

Um dos principais fatores desse distanciamento é o acesso à justiça. Alguns fatores históricos e sociais foram determinantes para o afastamento da população menos favorecida do crivo do poder judiciário. A falta de consciência do cidadão com relação aos seus direitos, os altos custos, o descrédito do judiciário, bem como a morosidade da justiça, são algumas razões que impossibilitam o acesso a ela.

No artigo “Acesso à justiça: abismo, população e judiciário”, escrito por Meirilane Santana Nascimento³³, citando Cappelletti e Garth, definem o acesso à justiça da seguinte maneira:

33 NACIMENTO, Meirilane Santana. Acesso à justiça: abismo, população e judiciário. Revista Âmbito Jurídico. Out./2017.

“O acesso à justiça pode, portanto, ser encarado como o requisito fundamental - o mais básico dos direitos humanos - de um sistema jurídico moderno e igualitário que pretende garantir, e não apenas proclamar os direitos de todos” (CAPPELLETTI e GARTH, 1988, p.12).

Vários Estados, tentando contornar essas dificuldades, tomaram uma série de medidas. Algumas não deram certo, outras foram bem sucedidas e, após passarem por revisões, acabaram por ser implantadas por muitos países ou serviram de modelo para outros. Desse processo surgiram três ondas, segundo os estudos de Cappelletti e Garth:

- *Assistência judiciária aos pobres*, pois o auxílio de um advogado é essencial para decodificar as leis e os complexos procedimentos necessários para se ajuizar uma causa. Métodos para proporcionar assistência jurídica ao hiposuficiente: defensoria pública, assistência jurídica gratuita, nomeação de advogado dativa, dentre outros. O sistema de assistência foi na sua parte inicial um fracasso, ao passo que foi gradativamente melhorado. Mesmo assim, não pôde solucionar o problema das ações de pequenas causas.
- *Representação dos direitos difusos*: este tem seu foco na preocupação dos interesses difusos, também chamados de coletivos ou grupais, que são: direito ao ambiente saudável e a proteção do consumidor. Em síntese, esses interesses exigem uma eficiente ação grupal. O principal e mais básico problema nesta onda de pensamento, para Cappelletti e Garth, é que “*ou ninguém tem direito a corrigir a lesão a um interesse coletivo, ou o prêmio para qualquer indivíduo buscar essa correção é pequeno demais para induzi-lo a tentar uma ação*” (CAPPELLETTI e GARTH, 1988, p. 26).
- *O acesso à representação em juízo a uma concepção mais ampla de acesso à justiça* contribuiu na conscientização das pessoas a respeito de seus direitos, para que estas desenvolvessem instituições efetivas no controle das barreiras do acesso à justiça. Nesta onda, foram criados mecanismos para representação dos interesses difusos dos pobres, e, ao mesmo tempo, a representação dos direitos dos consumidores e do público em geral, na reivindicação dos direitos sociais.

Atualmente existem métodos que podem minimizar esses problemas do acesso à justiça: a conciliação, a mediação e a arbitragem. Embora esses métodos já existam há

algum tempo, o que percebemos é a instituição de um círculo vicioso pela busca tradicional para a solução de conflitos.

Somados a todos esses problemas ainda existe um outro que o nosso ordenamento jurídico, ao menos da forma que se apresenta hoje, não tem como solucionar: o sofrimento e as angustias do sujeito. Esse sujeito que se expande para além do sujeito de direito, das leis e do judiciário. É exatamente desse sujeito que trataremos no tópico seguinte com o auxílio da psicanálise.

4.3 A PSICANALISE E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O TRATAMENTO DA (SAP)

A dissolução do vínculo conjugal provoca uma sensação de abandono e desamparo, o que potencializa esse processo, desencadeando a Alienação Parental como também o possível aparecimento da Síndrome da Alienação Parental. Nesse sentido, Freud³⁴ assevera que:

“nunca nos achamos tão indefesos contra o sofrimento como quando amamos; nunca tão desamparadamente infelizes como quando perdemos o nosso objeto amado ou o seu amor” (FREUD, 1996 b, p. 90).

Atualmente, os aspectos subjetivos do comportamento, tais como as emoções e suas influências no modo de agir das pessoas, vêm ganhando importância, através de um olhar mais atento dos profissionais, principalmente os que atuam nas varas civis, psicólogos e assistentes sociais.

Nessa perspectiva, Silva³⁵ (2006) “considera que existe uma crescente necessidade de se redimensionar a compreensão do comportamento do ser humano em um contexto jurídico”, levando também em consideração os aspectos legais. Dessa forma, percebemos o diálogo constante da Psicanálise com o Direito, o que possibilita

34 FREUD, **O Mal-Estar na Civilização e outros trabalhos** (1927 – 1931). In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. 4. Rio de Janeiro: Imago, 1996 b.

35 SILVA, D. M. P. **Psicologia jurídica no processo civil brasileiro**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

uma melhor compreensão dos fenômenos comportamentais que demandam nos atendimentos nesse setor.

O ambiente jurídico, que muitas vezes denota um lugar frio, deve possibilitar um ambiente de acolhimento às famílias, já que na maior parte dos casos chegam em situação de total desarmonia. É necessário criar um lugar de escuta desse sujeito, pois é através do seu discurso, de sua narrativa que podemos identificar o sintoma como um recurso do inconsciente de trazer ao consciente, por deslocamento, o desejo recalcado. Freud (1996 d/1900) considera que “o desejo é a “falta”, inerente a todo ser humano em virtude do desamparo original”.

Para Lacan, a busca pela sua falta com a falta do outro caracteriza o desejo estruturado. Nesse sentido, Fink assevera:

“Pois o homem não somente deseja o que o Outro deseja, mas deseja da mesma forma; em outras palavras, seu desejo é estruturado exatamente como o do Outro. O homem aprende a desejar como/com o outro, como se ele fosse alguma outra pessoa.” (FINK, 1998)

Para a psicanálise, o sujeito se constitui através da relação que estabelece com o mundo e com o Outro, a partir da linguagem. Necessariamente, esta constituição é feita de modo “traumático”, considerando o “trauma” como experiências estruturantes da subjetividade humana. Na visão de Lacan, a dimensão simbólica – a linguagem – só pode ser atingida através da submissão à lei, já que o sujeito social só se constitui pela internalização de regras, valores, normas – Lei, o que é obtido a partir da experiência da “castração”, vivida dentro do complexo de Édipo, experiência estruturante na constituição do sujeito. Neste aspecto, um fenômeno de crucial importância para a psicanálise é a identificação. Esse processo é o enlace do eu no Outro, ligando-se ao inconsciente e tendo sua manifestação uma relação com o eu ideal, conforme construído socialmente. É exatamente esse processo da identificação que nos constitui e flexibiliza para diversas posições subjetivas de identidade.

O sujeito quando fala de si e de seu lugar está fazendo uma série de associações e interconexões interpretativas de seus desejos, vontades, falhas, limites.

É através dessa fala que o sujeito se revela, trazendo ao profissional os elementos necessários para traçar um plano de trabalho para auxiliar aquela pessoa

envolvida nessa teia conflituosa que é o inconsciente. Nesse sentido, a escuta torna-se essencial para que o profissional na área jurídica (seja ele psicólogo, assistente social, advogado etc.) possa adequar as necessidades desse sujeito ao campo jurídico, buscando as melhores possibilidades legais para a solução do conflito.

Sabemos que em todo processo conflituoso existe sempre um lado mais fraco. Em se tratando da Síndrome da Alienação Parental, motivada pela separação dos cônjuges, em caso da existência de filhos, logicamente a criança e o adolescente constituem a parte mais frágil desse processo. Trindade, no seu estudo sobre essa síndrome, adverte:

“a Síndrome da Alienação Parental constitui uma forma grave de abuso contra a criança, que se encontra especialmente fragilizada por estar vivendo um conflito que envolve a figura de seus próprios pais” (2010, p. 58).

Dessa maneira, buscando a proteção desses seres mais fragilizados, é necessário que os agentes do Direito tomem consciência do seu papel de importância no processo de identificação dessa síndrome, possibilitando a tomada de medidas legais que possam amenizar o sofrimento desses sujeitos menos evidentes dentro dessa trama que envolve a Alienação Parental.

Nesse contexto, percebemos o quanto a psicanálise é importante para um melhor andamento dos trâmites legais, servindo como um elo existente entre a justiça, representante legal do sujeito de direito, e o sujeito enquanto ser humano, dotado de dignidade e de respeito e, acima de tudo, merecedor do apreço e do devido reconhecimento jurídico como pessoa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista a atualidade dessa temática, este trabalho teve por objetivo, através das teorias discutidas, não de esgotar o debate, mas de possibilitar novas discussões sobre a Alienação Parental, possibilitando a construção de conhecimentos mais aprimorados que possam, cada vez mais, motivar debates interdisciplinares sobre o assunto.

Diante da necessidade de rematar este trabalho, pretende-se, nesta oportunidade, assinalar alguns pontos fundamentais desse estudo, legitimando a importância da interlocução entre o Direito e Psicanálise, como posposta fundamental para entender o sujeito e o sujeito de direito diante do conflito da Alienação Parental.

Inicialmente, dispendemos esforços para situar a importância do aspecto interdisciplinar dessa monografia, demonstrando o quanto é relevante para o Direito ter o auxílio de outra corrente do pensamento para uma melhor compreensão da dinâmica que envolve o fazer jurídico no seu cotidiano. A Psicanálise é, sem sombra de dúvidas, umas dessas teorias que contribuem para que esse fazer jurídico seja melhor.

No primeiro capítulo, desenvolvemos todo o arcabouço de informações sobre a Alienação Parental e a Síndrome da Alienação Parental, assim como todo o conjunto de leis relacionadas à temática. Também integra uma análise crítica do desenvolvimento do conceito de sujeito de direito, demonstrando o quanto esse conceito se projeta para além do Direito, encontrando o sujeito enquanto ser humano.

Depois, já no segundo capítulo, dispusemos uma abordagem psicanalítica sobre os mitos, tanto o de Narciso quanto o de Édipo, subsidiando uma melhor compreensão sobre o sujeito na Psicanálise, permitindo também uma melhor leitura das perspectivas de construção do pensamento dessa abordagem para o que viria a ser discutido no terceiro capítulo dessa monografia.

Por fim, no último capítulo, fizemos uma explanação sobre as dificuldades de acesso ao judiciário diante da problemática da Alienação Parental, elencando as mais

emblemáticas, como também discutimos algumas das principais contribuições da Psicanálise para o auxílio na prática do judiciário. Esperançoso de que esses apontamentos, sobre os conflitos que envolvem a Alienação Parental e suas consequências, possam ter contribuído para um melhor entendimento dessa problemática, apontando para novas possibilidades de uma prática jurídica mais justa e próxima do povo.

Diante dessas considerações, nesse esforço despendido para estudar a Alienação Parental sobre a perspectiva do Direito e da Psicanálise, percebemos que a prática jurídica nos tribunais, especialmente os do Brasil, não apresentam uma estrutura apropriada para lidar com tal problema, principalmente quando o mesmo se agrava com surgimento da Síndrome da Alienação Parental.

Falta praticamente tudo, desde o acolhimento da família, já bem fragilizada por todo esse processo traumático, como também ambiente adequado ao atendimento, até mesmo a presença de profissionais mais atentos e preparados para observar o desenvolvimento desse processo dentro da justiça, não esquecendo da frieza e da falta de sensibilidade que ronda os corredores e as salas de audiência nos luxuosos e assustadores prédios da justiça brasileira, como se fossem o último abrigo da existência dessas pessoas. Tornam-se, na realidade, um verdadeiro prenúncio da morte daquela família, decretando definitivamente o rompimento dos laços fraternais que envolvem a construção de um lar.

Dessa forma, como resultado desse estudo realizado, percebemos que os problemas que envolvem a dissolução do vínculo conjugal dos cônjuges (sentimentos, aflições, medo, incerteza) passam longe do olhar e da percepção da justiça. É necessário que o judiciário enxergue que o sujeito de direito se projeta para além da letra fria e sem vida da lei, adequando-se melhor numa perspectiva holística do ser enquanto sujeito, expandindo cada vez mais as fronteiras da justiça para abraçar de forma mais humana e sensível o dilema da ruptura da união conjugal, buscando dar uma resposta não só do ponto de vista do Direito, mas, acima de tudo, fazendo florescer o despontar de uma nova aurora na vida dessa família.

6. REFERÊNCIAS

ASSIS, Machado de . **O espelho**, In M. de Assis, Contos (p. 71 – 81). São Paulo: Moderna, 1983.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 11.698, de 13 de junho de 2008**. Altera os arts. 1.583 e 1.584 da Lei nº 10.406, de 2002 (Código Civil), para instituir e disciplinar a guarda compartilhada. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/legislacao>>.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010**. Dispõe sobre a alienação parental e altera o art. 236 da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (DOU de 27/08/2010). Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/legislacao>>.

CAFFÉ, M. **Psicanálise e direito**. São Paulo: Quartier Latim, 2003.

COSTA, Lorena Xavier. **Sujeito de direito e pessoa: conceitos de igualdade? (Artigo)**. In: Legis Augustus. Rio de Janeiro,v4, n2, p. 75-87, jul/dez 2013.

CANTISANO, Pedro Jimenez. **Quem é o sujeito de direito? A construção científica de um conceito jurídico (Artigo)**. Direito, Estado e Sociedade. N. 37, p. 132-151, jul/dez 2010.

ERLICH, Hilana e ALBERTI, Sonia. **O sujeito entre psicanálise e ciência**. V Psicol. rev. (Belo Horizonte) v.14 n.2 Belo Horizonte dez. 2008.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas** / Michel Foucault, (tradução Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais, supervisão final do texto de Léia Porto de Abreu Novaes) – Rio de Janeiro: NAU Editora, 2003.

FINK, **O sujeito lacaniano: entre a linguagem e o gozo** / Bruce Fink; tradução, Maria de Lourdes Duarte Sette; consultoria Miriam Aparecida Nogueira Lima – Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

GARDNER, Richard A. **"The Parental Alienation Syndrome"**, 1992, Second Edition 1998.

GODINO, Antônio Cabas. **O sujeito na psicanálise de Freud e Lacan: da questão do sujeito ao sujeito em questão** / Antônio Cabas Godino – Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

GONÇALVES, Carlos Roberto – **Direito Civil Brasileiro, volume 6: direito de família** – 8ª ed. – São Paulo: Saraiva, 2011.

LACAN, Jacques. **Os complexos familiares na formação do indivíduo: ensaio de análise de uma função em psicologia** / Jacques Lacan; tradução Marcos Antônio Coutinho Jorge, Potiguara Mendes da Silveira Júnior – 2 ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

MAJOR, Jayne A. **"Parental Alienation Syndrome: How to Detect It and What to Do About It"**, 1999, <http://www.fact.on.ca/Info/pas/walsh99.htm>

MONTAGNOLI, José Américo Silva. **O conceito de “sujeito de direito” como atomização liberal da ideia de povo: traços históricos de uma exitosa empreitada jurídico-burguesa (Artigo)**. In: Anais do XVIII Congresso Nacional do CONPEDI, realizado em São Paulo – SP nos dias 04, 05, 06 e 07 de novembro de 2009.

MIAILLE, Michel. **Introdução crítica ao direito**. Tradução de Ana Prata. 2 ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código penal comentado**. 10. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

OLIVEN, Leonora Roizen Albek. **Alienação parental: a família em litígio** / Leonora Roizen Albek Oliven. Dissertação (Mestrado) – Universidade Veiga de Almeida, Mestrado Profissional em Psicanálise, Saúde e Sociedade, Rio de Janeiro, 2010.

Para ler o Seminário 11 de Lacan: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise / Richard Feldstein, Bruce Fink, Maire Jaanus (orgs.); tradução: Dulce Duque Estrada; revisão técnica: Sandra Grostein – Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

PERELBERG, Rosine Josef et alii. **Freud: uma leitura atual**. Porto Alegre: Artmed, 2012.

PODEVYN, F. **Síndrome de Alienação Parental** (2001). Disponível em <http://www.apase.com.br> com a colaboração da Associação de Pais para Sempre. Disponível em <http://www.paisparasemprebrasil.org>.

Significado dos Nomes - Dicionário de Nomes Próprios© 2008 – 2017.

Sigmund Freud . *The Interpretation of Dreams* Chapter V "The Material and Sources of Dreams" (New York: Avon Books) p. 296.

SILVA, Denise M. P. **Psicologia jurídica no processo civil brasileiro: a interface da psicologia com o direito nas questões de família e infância**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

SOUZA, Elizandra. **A linguagem e seus efeitos na constituição do sujeito**. III Simpósio Nacional Discurso, Identidade e Sociedade (III SIDIS). DILEMAS E DESAFIOS NA CONTEMPORANEIDADE.

TARREGA, Maria V. Blanco. CORREA, Pedro Guimarães. **A construção do conceito de sujeito de direito e justiça**. R. Fac. Dir. UFG. V. 35 n. 02 p. 88 – 105. Julho, 2011.

TRINDADE, Jorge. **Manual de Psicologia Jurídica para operadores do Direito** / Jorge Trindade. 3 ed. rev. e ampl. – Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2009.

VIANNA, Ana Cristina de Araújo. **O mito de narciso e a psicanalise**. Trabalho apresentado em jornada de psicanálise em 12/04/2014 no Círculo Psicanalítico do RGS.

